



“O Concelho de Vila Franca de Xira afirma-se como um espaço de cidadania. A promoção da acessibilidade constitui uma condição fundamental para a qualidade de vida das pessoas e para o pleno exercício da sua cidadania, pelo que o desenvolvimento sustentável do Concelho terá, necessariamente, de passar por uma intervenção integrada ao nível das condições de mobilidade e acessibilidade, que faça cumprir o desígnio de “Uma Sociedade para Tod@s e com Tod@s”.

Maria da Luz Rosinha, Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Planos Local e Municipal de Promoção de acessibilidade de Vila Franca de Xira



Planos Local e Municipal de Promoção de **acessibilidade**

Síntese das Acções Desenvolvidas

Vila Franca de Xira



Vila Franca de Xira

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Planos Local e Municipal de Promoção de Acessibilidade de Vila Franca de Xira – Síntese das Acções Desenvolvidas

AUTORIA

Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade (ICVM)

EDIÇÃO

Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade (ICVM) 2010

PROPRIEDADE

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

DESIGN GRÁFICO

ICVM_ Sofia Ferreira



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

EXECUTIVO

Maria da Luz Rosinha, Presidente
Fernando Paulo Ferreira, Vereador

EQUIPA TÉCNICA

Carlos Soares
Fernando Gama
Luís Capucha Pereira
Helena Gonçalves



ICVM_ INSTITUTO DE CIDADES E VILAS COM MOBILIDADE

COORDENAÇÃO GERAL
Pedro Ribeiro da Silva

COORDENAÇÃO OPERACIONAL

Adelino Ribeiro

EQUIPA TÉCNICA

Adriana Sá
Carla Alves
Conceição Teixeira
Jorge Gorito
Soraia Pereira

CONSULTORES EXTERNOS

Francisco Godinho
Paula Trigueiros
ESRI Portugal

IMPRESSÃO

xxxxxx

ISBN

978-989-96273-3-8

DEPÓSITO LEGAL

xxxxxx

ÍNDICE

1. PREÂMBULO	5
Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz	6
Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Maria da Luz Rosinha	8
Vereador da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Fernando Paulo Ferreira	9
Coordenadora Geral dos Planos de Promoção da Acessibilidade, Paula Teles	10
2. ENQUADRAMENTO	12
2.1. Programa Operacional Potencial Humano	14
2.2. O percurso da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira em matéria de Acessibilidade	16
3. PLANOS DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE – O QUE SÃO?	18
3.1. Objectivos Principais	20
3.2. Metodologia	23
3.3. O Conceito Multidisciplinar e Transversal da Acessibilidade	27
4. ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO	30
4.1. Lançamento da Elaboração dos Planos	33
4.2. Acções de Sensibilização Escolar	36
4.3. Acções de Informação/Formação	45
4.4. Participação Pública e Conselho Consultivo	52
4.5. Seminário de Urbanismo, Saúde e Inclusão Social	56
4.6. Campanhas de comunicação e divulgação	59
5. PLANOS LOCAL E MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE	64
5.1. Espaço Público	70
5.1.1. Áreas de Intervenção	70
5.1.2. Levantamento e Diagnóstico	76
5.1.3. Propostas de Intervenção	82
5.2. Edificado	89
5.3. Transportes	98
5.4. Comunicação	106
5.5. Infoacessibilidade	114
5.6. Sistemas de Informação Geográfica ao serviço da acessibilidade	119
BIBLIOGRAFIA	128



1. Preâmbulo

O presente documento constitui a compilação e o resultado das acções, estudos e propostas desenvolvidos no âmbito do Plano Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade no município de Vila Franca de Xira, na sequência da candidatura aprovada pelo Programa Operacional do Potencial Humano (POPH).

Estas páginas reflectem a geografia de um projecto que, para além de integrar um conjunto de áreas temáticas consideradas cruciais para a acessibilidade, desenvolve iniciativas que pretendem informar e partilhar com todos a co-responsabilidade na promoção de mais e melhor acessibilidade para Tod@s.

Depois dos prefácios e de uma pequena abordagem ao Programa Operacional em causa, apresenta-se uma breve descrição do percurso da autarquia em matéria de mobilidade, em que se desenvolve um conjunto de apontamentos teóricos alusivos ao tema. Segue-se uma síntese de todas as acções que se realizaram em matéria de comunicação, sensibilização e formação. O documento culmina com uma síntese ligada à metodologia e operacionalização do plano propriamente dito, com referências ao plano local e plano municipal, abrangendo, de igual modo, para estas duas escalas de intervenção, as cinco áreas transversais do Espaço Público, Edificado, Transportes, Comunicação e Design e Infoacessibilidade.

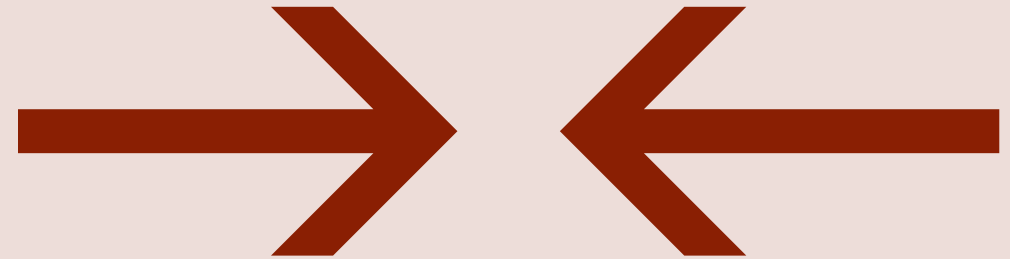


Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz

A participação de todos os cidadãos, independentemente da sua condição, no espaço público só é possível se estes se tornarem locais acessíveis, funcionando como meios de inclusão da diversidade dos seus potenciais usuários.

A condição de deficiência e/ou incapacidade coloca importantes desafios ao meio edificado – interpela a sociedade a incorporar a diferença e a requalificar-se no sentido de a reconhecer.

Por isso, desde 2006, com o PAIPDI (Plano de Acção para a Integração das pessoas com Deficiências e/ou Incapacidades) e, mais concretamente com o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA), a promoção da acessibilidade tem sido uma prioridade política. Nesse âmbito, desenvolveram-se medidas no



sentido de remover barreiras arquitectónicas; tornar as praias portuguesas acessíveis; sensibilizar as crianças e os jovens para a temática da acessibilidade; premiar soluções inovadoras; garantir a inteligibilidade da informação e da formação.

As autarquias, impulsionadas pelo POPH (Programa Operacional do Potencial Humano), assumem-se como agentes privilegiados na defesa de planos e projectos de acessibilidade a nível local. Ao transformarem o espaço público, tendo em conta a diversidade de utilizadores, contribuem decisivamente para a promoção da qualidade de vida de cidadãos cuja condição de deficiência lhes tem coarctado a autonomia.

A presente publicação é um importante contributo para o reconhecimento de um direito que é de Tod@s – o direito de acesso, isto é, a igual oportunidade de apropriação, de espaços, serviços e informação.

Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Maria da Luz Rosinha



Num momento em que as sociedades e as instituições democráticas aprofundam nos seus procedimentos princípios de participação e transparência, a gestão do espaço público e, nomeadamente, da acessibilidade a esse espaço, é uma questão premente no nosso território.

Não se pode falar de igualdade de oportunidades e liberdades individuais se o espaço público apresenta constrangimentos a uma mobilidade para todos e todas. O envelhecimento da sociedade, resultante - entre outros - do aumento da esperança média de vida; o papel intensivo da mulher no mundo profissional; as novas exigências das pessoas com mobilidade reduzida (onde não se incluem apenas as pessoas portadoras de deficiência); assim como os novos estilos e modos de vida, constituem novos paradigmas da sociedade actual, a que urge dar resposta num quadro de uma Cidade Democrática, Integradora e Livre.

O Concelho de Vila Franca de Xira afirma-se como um espaço de cidadania. A promoção da acessibilidade constitui uma condição fundamental para a qualidade de vida das pessoas e para o pleno exercício da sua cidadania, pelo que o desenvolvimento sustentável do Concelho terá, necessariamente, de passar por uma intervenção integrada ao nível das condições de mobilidade e acessibilidade, que faça cumprir o desígnio de “Uma Sociedade para Tod@s e com Tod@s”. É objectivo da Câmara Municipal a concretização destes Planos que aqui se apresentam, na expectativa de que as intervenções que se realizarão farão do Concelho um território mais harmonioso, mais confortável e mais justo. Também por isso, um Concelho com mais oportunidades para Tod@s.

Vereador da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Fernando Paulo Ferreira



Falar, hoje, de acessibilidade para todos e todas, é abordar um conceito transversal e multidisciplinar, com implicações em áreas tão distintas como o edificado, o património, o turismo, o planeamento, a arquitectura, os transportes, o design, ou o trânsito.

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, ao apresentar os presentes Planos de Promoção da Acessibilidade, identifica situações de desconformidade com as boas práticas nesta área no sentido de as corrigir; e introduz um pensamento estratégico relativo às condições de circulação e vivência no território, articulando-o com todas as políticas sectoriais do Município.

Na elaboração dos Planos, procurámos obter uma participação alargada e, ao mesmo tempo, apostar fortemente na componente formativa, destinada a técnicos do Município, de gabinetes projectistas, bem como de agentes comerciais, de transportes e serviços presentes no Concelho, construindo um património de conhecimento e sensibilização que possibilitará uma operacionalização mais eficaz (para além de um contributo para a necessária evolução de mentalidades de todos os agentes da Comunidade).

Chegamos a este momento mais preparados para intervir no nosso território: Câmara Municipal, parceiros e populações em geral são os agentes desta mudança, que farão de Vila Franca de Xira um Concelho com mais igualdade de oportunidades, mais participado, mais comunicativo, mais justo e mais livre.

Coordenadora Geral dos Planos de Promoção da Acessibilidade, Paula Teles



As vilas e as cidades são por excelência, o lugar onde o homem pode encontrar a sua mais expressiva dimensão. São o lugar de exponenciais fontes de informação, múltiplas formas de comunicação, absoluta mobilidade, diversidade de culturas e formações, oportunidade de ofertas, infinitas possibilidades de relações sociais. Lugar de encontros, culturas, religiões, mas também memórias, ideias, atitudes, aprendizagens.

Contudo, estes territórios urbanos de diversidade ilimitada pela complexidade de espaços, edifícios, transportes e movimentos de pessoas a que lhe associam variados e heterogêneos ritmos de vida, nem sempre permitem a participação activa de todas as pessoas. Paradoxalmente, a mesma vila, cerceia e inibe liberdades que, conceptualmente, deveria oferecer.

Um dos mais fundamentais direitos dos residentes, visitantes ou trabalhadores das cidades é, efectivamente, o direito à mobilidade no quadro do direito à cidade. As barreiras urbanísticas, as rupturas das continuidades dos percursos, a insensibilidade na colocação do mobiliário urbano, os estacionamento abusivos são, entre outros, sinais de cultura menor, semiperiférica e anacrónica. Uma cidade acessível é uma cidade mais competitiva. Desenhar cidades com acessibilidade e mobilidade para todos deve ser visto hoje como um patamar de exigência que, todos sem excepção, deveriam cumprir dentro das diversas funções que representam. Costumo dizer que, todos sem excepção,

são cúmplices da aplicabilidade ou não desta matéria e que também, todos, sem excepção, temos responsabilidades na mudança deste novo paradigma das cidades contemporâneas.

A acessibilidade e mobilidade para todos envolve, hoje, novas disciplinas e saberes, desde o espaço público, aos edifícios, à comunicação e design, aos transportes, à infoacessibilidade. Portugal, nos últimos anos tem dado um enorme salto nesta matéria e o Governo e as autarquias muito têm contribuído para um Portugal mais inclusivo e mais democrático. É deste relevante trabalho, que integra a arte de desenhar à utilização do espaço que é de todos, que espero ser útil para desenhar um novo território.

Desenhar as cidades sem barreiras, livres de obstáculos, é bom para todos, introduz patamares de segurança e conforto e permite a sustentabilidade ao longo das gerações futuras. Este conceito introduz, a prazo, um menor gasto de recursos financeiros e, ainda, promove o desenvolvimento e mais valias económicas em diversos sectores da sociedade civil.

É na tentativa de encontrar as melhores soluções técnicas para o redesenho desta vila com inúmeras diversidades paisagísticas, arquitectónicas e sociais desses lugares, que este documento poderá ser um instrumento precioso, contribuindo para agilizar o processo de planeamento, do projecto e das obras em curso planeadas.

Vila Franca de Xira é um exemplo vivo e efectivo desse trabalho multidisciplinar em prol da acessibilidade e mobilidade para todos e eu, enquanto responsável da m.pt@ Paula Teles Unipessoal Lda, empresa que elaborou e desenvolveu o trabalho, congratulo-me com a visão da autarquia na mudança deste novo paradigma que permitirá num futuro próximo, que o município de Vila Franca de Xira, possa ser ainda mais competitivo e um lugar com mais qualidade de vida para se habitar, visitar ou trabalhar.



uma cidade para tod@s



2

2.

Enquadramento

2.1. Programa Operacional Potencial Humano

O **Programa Operacional Potencial Humano (POPH)** é o programa que concretiza a agenda temática para o potencial humano inscrita no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), documento programático que enquadra a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.

Com a participação do Fundo Social Europeu, o POPH visa estimular o potencial de crescimento sustentado da economia portuguesa, com base nas seguintes prioridades:

- Superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa, consagrando o nível secundário como referencial mínimo de qualificação, para todos;
- Promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo, alinhados com a prioridade de transformação do modelo produtivo português assente no reforço das actividades de maior valor acrescentado;
- Estimular a criação e a qualidade do emprego, destacando a promoção do empreendedorismo e os mecanismos de apoio à transição para a vida activa;
- Promover a igualdade de oportunidades, através do desenvolvimento de estratégias integradas e de base territorial, para a inserção social de pessoas vulneráveis a trajetórias de exclusão social. Esta prioridade incorpora a igualdade de género como factor de coesão social.

A actividade do POPH estrutura-se em torno de dez eixos prioritários, sendo o Eixo Prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social – o eixo onde se enquadrou a candidatura dos Programas de Promoção da Acessibilidade. O município de Vila Franca de Xira, e cerca de 40 municípios, reconheceram nesta linha de financiamento uma oportunidade efectiva para um investimento na área da acessibilidade.



2.2. O percurso da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira em matéria de Acessibilidade

Por iniciativa da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira deram início em 2008, os trabalhos para a elaboração dos Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade. Desde então foram estabelecidas, com frequência, reuniões de trabalho ao nível interno, discutindo o âmbito geral da candidatura e do programa que daí nasce, tendo-se acordado que o fio condutor deveria preferencialmente recair sobre a melhoria da acessibilidade e consequente melhoria da qualidade dos espaços urbanos do município, contribuindo para a igualdade social e melhoria da qualidade de vida das populações.

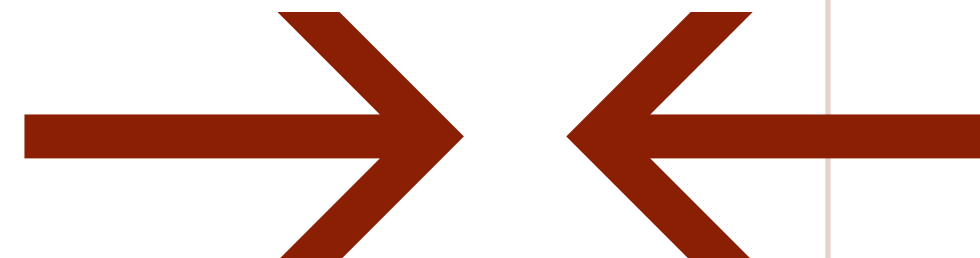
Desenvolveram-se acções de envolvimento e participação com as diversas entidades que constituem o Conselho Consultivo, no sentido de partilhar a percurso do projecto.

Neste sentido, o município desde logo foi crescendo em matéria de mobilidade para Tod@s, através do planeamento e desenvolvimentos de projectos já acessíveis e, por outro lado, eliminando e corrigindo o território sempre que fosse possível. A aprovação da candidatura ao POPH, tipologia 6.5 – Acções de Investigação, Sensibilização, e Promoção de Boas Práticas – conseguida no ano de 2008, permitiu a Vila Franca de Xira continuar as práticas pioneiras em Portugal em matéria de acessibilidade e mobilidade para Tod@s, reforçando o trabalho até aí efectuado.

Os vinte e quatro meses de execução desta candidatura permitiram ao Município de Vila Franca de Xira identificar as lacunas do seu território em matéria de acessibilidade universal, planear a sua resolução e ainda executar algumas dessas intervenções.



A forte comunicação e a perspicaz estratégia de sensibilização para a população em geral sobre a importância da acessibilidade e mobilidade para Tod@s fez a mobilidade sair do gabinete, quebrou barreiras e consciencializou todos os munícipes de que o território de Vila Franca de Xira é para Tod@s.



Cidades Acessíveis,

territórios mais competitivos

3



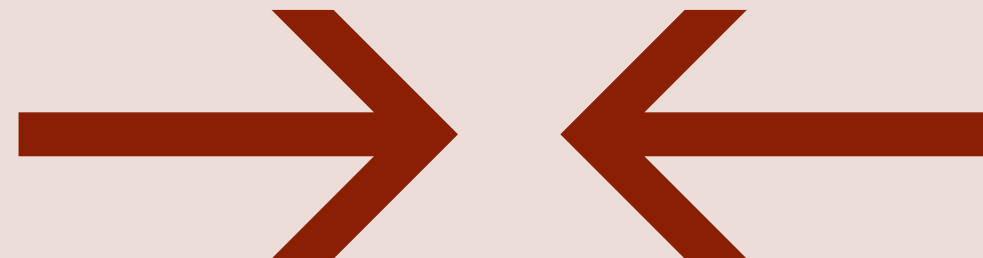
3.

PLANOS DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE – O QUE SÃO?

3.1. Objectivos Principais

Existe um elevado número de pessoas que todos os dias se depara com grandes dificuldades ou se vê impossibilitado de frequentar locais públicos, devido, quer ao conjunto de obstáculos existentes na via pública ou nos transportes, quer à falta de condições de acesso e de circulação, tanto nas ruas, como nos edifícios de utilização colectiva.

Deste modo, construir cidades acessíveis a Tod@s, é um imperativo ético e social, que traduz o respeito pelos valores fundamentais da solidariedade, da liberdade e da equiparação de oportunidades. Esta abordagem conduziu à operacionalização de um conjunto de Acções de Promoção da Acessibilidade e ao desenvolvimento dos Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade, transportando Vila Franca de Xira para um patamar de qualidade no que respeita ao ambiente urbano, respondendo às novas exigências das sociedades contemporâneas.



Vila Franca de Xira integra, assim, a 1ª Geração dos Planos de Promoção de Acessibilidade.

A elaboração dos referidos planos têm, em síntese, um conjunto de importantes objectivos:

- a) Pensar estrategicamente a nível local ou municipal evitando a adopção de medidas avulsas;
- b) Articular com as políticas sectoriais definidas pelo município;
- c) Identificar a população envelhecida e/ou incapacitada, de forma a melhorar a sua integração;
- d) Encontrar as principais fragilidades físicas do território do ponto de vista da acessibilidade, nomeadamente as barreiras arquitectónicas;
- e) Envolver as entidades locais, para um conjunto, encontrarem as principais soluções e as orientações;
- f) Criar um plano de auscultação/debate com as diferentes entidades de solidariedade relevantes, em particular com as entidades sem fins lucrativos que prestam serviço cultural, social e educativo;
- g) Articular as necessidades espaciais, em particular, as das pessoas de mobilidade condicionada;



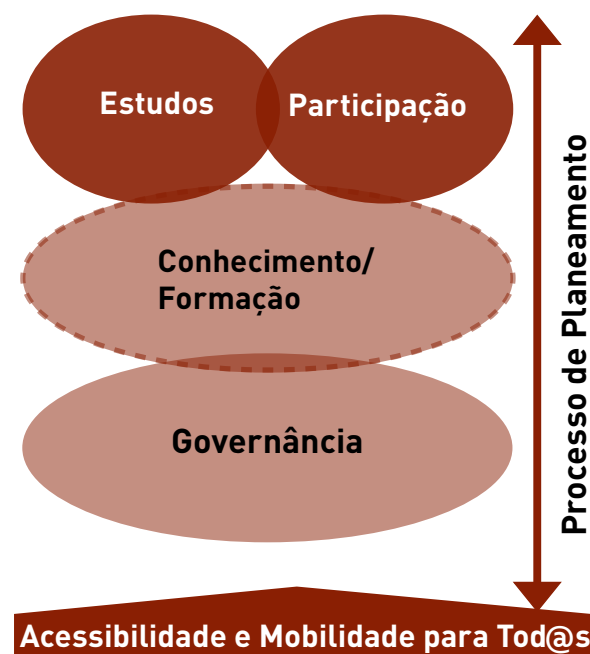
- h) Definir medidas correctivas gerais da situação, tanto à escala local como à escala municipal, no que diz respeito à eliminação de barreiras arquitectónicas e urbanísticas;
- i) Elaborar as diferentes fases dos Planos com a participação pública de forma a constituírem contributos para a decisão final das estratégias principais;
- j) Definir prioridades de intervenção e calendarização;
- k) Criar mecanismos para que, após a conclusão do Plano esteja instalada uma plataforma especializada que dê continuidade à prática da acessibilidade (actualização, revisão);
- l) Assumir, por parte do município, o empenho no processo e o compromisso de futura afectação, em orçamentos anuais e em planos plurianuais de investimentos, de verbas para implementação das medidas a programar pelo plano.



3.2. Metodologia

A elaboração de um Plano de Promoção da Acessibilidade consiste, essencialmente, no cruzamento do diagnóstico urbanístico e arquitectónico do território com o diagnóstico social do Município, em matéria de necessidades de Acessibilidade para Tod@s. Esta abordagem interdisciplinar com leituras a diferentes escalas, é a chave para que o Plano atinja os objectivos a que se propõe e ainda, supere níveis de qualidade relativamente aos instrumentos legislativos em vigor (DL n.º 163/06 de 8 de Agosto). Tal abordagem, necessita de uma metodologia simples, mas eficaz, que permita agir de forma sistematizada, monitorizando todas as fases e acções por parte dos diferentes sectores em estudo.

Assim, a metodologia proposta para os estudos a desenvolver em matéria de acessibilidade assenta em quatro pilares principais, a saber: Governância, Participação, Conhecimento e Formação. Esta metodologia estratégica, baseada nos quatro pilares principais enunciados, debruçar-se-á sobre as seguintes cinco áreas temáticas fundamentais em matéria de Acessibilidade para Tod@s: Espaço Público, Edificado, Transportes, Comunicação e Design e Infoacessibilidade. Estas cinco áreas temáticas estão presentes nas três fases principais já atrás mencionadas: Levantamento, Análise e Diagnóstico, Versão Draft do Estudo e Versão Final do Estudo.



→ Figura 1:
Principais pilares da metodologia para a elaboração do
Plano Local e do Plano Municipal de Vila Franca de Xira.

A. Espaço Público

Identificar as condições actuais ao nível da acessibilidade do espaço público, transformar os resultados em níveis de acessibilidade e criar propostas de intervenção – soluções tipo para os arruamentos em estudo;

B. Edificado

Identificar os principais edifícios/equipamentos âncora de utilização e propor medidas tipo de correcção em matéria de acessibilidade;

C. Transportes

Levantar e diagnosticar os transportes públicos a operar na área de intervenção, classificar ao nível de acessibilidade e propor um plano de transportes acessíveis;

D. Informação e Comunicação/Design

Identificar as áreas de informação e comunicação existentes e propor medidas inclusivas de comunicação – Braille, iluminação, som, textura, contraste;

E. Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (Infoacessibilidade)

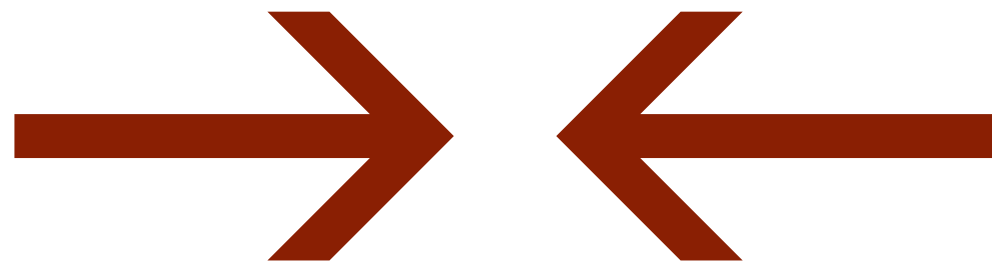
Diagnosticar a situação actual da World Wide Web, analisando a infoacessibilidade, e propor uma plataforma permanente e actualizada do estado da acessibilidade.

Transversalmente são desenvolvidos os Estudos de Opinião – Inquéritos | Sondagens – que servem de base ao desenvolvimento das áreas temáticas acima mencionadas.

Na prossecução da elaboração dos Planos, que descende deste abrangente Programa, desenvolveram-se os estudos necessários de suporte ao futuro instrumento de planeamento, fundamentalmente na decisão política em matéria de acessibilidade e mobilidade para Tod@s no município de Vila Franca de Xira.

Este suporte, apresentado em Sistema de Informação Geográfica, constituirá um enorme salto qualitativo no apoio à decisão, por introduzir de forma imediata todas as variáveis quantificáveis pretendidas, permitindo o conhecimento dos custos pretendidos nas diferentes operações e territórios, constituindo-se inequivocamente como uma tecnologia inovadora ao serviço do planeamento da decisão política.

De resto, ao longo dos planos a autarquia foi, de forma ágil, introduzindo este patamar de exigências nos seus projectos em curso, nomeadamente nos projectos envolvidos no Programa de Acção de Recuperação Urbana.



3.3. O Conceito Multidisciplinar e Transversal da Acessibilidade

Como factor transversal, garantia da implementação de políticas e medidas, considera-se da maior importância a **Participação** pública nas dinâmicas criadas com a elaboração dos Planos, pela sensibilização, envolvimento e capacidade de induzir acções consequentes nesta matéria, tendo repercussões importantíssimas em matéria de planeamento preventivo. Por participação pública não se deve consignar exclusivamente o público em geral, mas também dar ênfase à sociedade civil organizada em associações (IPSS's – Instituições Públicas de Solidariedade Social), recorrendo a apresentações públicas, colóquios, fóruns de sensibilização e debate mas também a acções de divulgação nos órgãos de comunicação locais em especial estações de rádio, jornais e televisões regionais.

O **Conhecimento | Formação** a técnicos que, directa ou indirectamente, participam no desenho da cidade é uma componente essencial dos Planos, designadamente na atitude preventiva que o planeamento da acessibilidade deve conter. Por outro lado, ao nível autárquico é imprescindível o desenvolvimento de uma organização municipal capaz de permitir, no futuro, a monitorização e gestão da acessibilidade para Tod@s (**Governância**).

A constituição de uma **rótula técnica**, composta pelos técnicos ligados à acessibilidade do município, é essencial tendo em vista a integração do seu conhecimento relativamente às verdadeiras necessidades de acessibilidade do território que gerem. Esta rótula deverá ser constituída por saberes multidisciplinares e deverá ser transversal. Deste modo, com a existência de uma equipa técnica, responsável pelas questões da mobilidade, pretende-se repensar a sua dimensão e forma de actuação, eventualmente, integrando novos elementos que se considerem pertinentes e constituindo, desde logo, uma mais-valia para o apoio ao desenvolvimento de todas as acções, nesta matéria.



→ Figura 2:
O conceito multidisciplinar da acessibilidade.

Simultaneamente, a manutenção de um Conselho Consultivo de mobilidade permitirá o desenvolvimento dos Planos de forma sustentada e, naturalmente, uma monitorização futura mais eficaz e planeada.

Plano e Processo

Plano, porque enquadra medidas estratégicas e releva acções estruturantes de forma a tornar eficientes as intervenções.

Processo, porque envolve populações, associações e entidades de modo a inserir dinâmicas municipais capazes de manter este desígnio cívico de integração na agenda de trabalho de toda a comunidade.



As novas gerações numa

nova cultura de mobilidade

4.

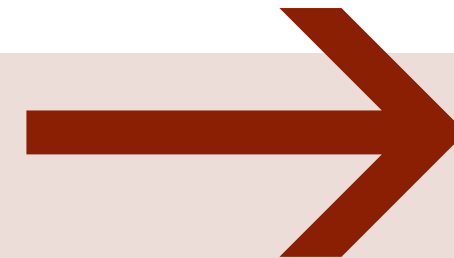
ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO



Os programas contaram com a participação de toda a comunidade, dando especial ênfase ao contributo da comunidade de pessoas incapacitadas ou com mobilidade reduzida, formando e sensibilizando todos os agentes da sociedade civil.

Com o objectivo primordial da construção de uma cidade mais acessível a Tod@s, foram desenvolvidas várias acções de promoção da acessibilidade no Município de Vila Franca de Xira, contando com **sessões públicas de lançamento dos programas, campanhas de comunicação e divulgação, acções de informação/formação, participação pública e conselho consultivo, apresentações públicas, workshop internacional, publicação e divulgação final do plano.**

Paralelamente foram sendo desenvolvidos colóquios, fóruns de sensibilização e debate nos órgãos de comunicação locais, em especial estações de rádio, jornais e televisões regionais.



4.1. Lançamento da Elaboração dos Planos

O lançamento da elaboração dos planos foi a meta ou o trampolim para o arranque, em força, da preparação e desenvolvimento das acções inerentes aos Planos. Tratou-se de uma sessão pública de esclarecimento inicial sobre a elaboração dos planos, dando conhecimento à sociedade civil das diferentes actividades e fases do projecto e respectivos prazos de execução.



→ Figura 3:
Entrevista OCS's Locais – Lançamento dos Planos.

Assim, com vista a garantir territórios mais inclusivos e com maior qualidade em termos de ambiente urbano, a Câmara Municipal lançou, no dia 4 de Dezembro de 2008, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, dois Planos de Promoção da Acessibilidade, um local, com área de intervenção definida para a cidade de Vila Franca de Xira e outro Municipal, para todas as freguesias do Concelho.

Para este efeito foram desenvolvidos conteúdos, design e produção de vários suportes de comunicação: convites, flyers, pendões, publicações em jornais locais, regionais e nacionais.

A Comunicação Social acompanhou o evento, e revelou-se importante em termos estratégicos na divulgação das diversas iniciativas que se realizaram ao longo do desenvolvimento dos planos.



→ Figura 4:
Lançamento público dos Planos.



→ Figura 5:
Conselho Consultivo.



4.2. Acções de Sensibilização Escolar

“A cidade das crianças é sorridente e afável, é criativa e imaginativa, é desperta e curiosa. A cidade das crianças é observadora e colorida, é verde e luminosa, é menina e irreverente.

Porém as crianças na cidade, em muitos casos, deparam-se, justamente, com o oposto do que julgam que ela é.

Certamente uma das suas primeiras perplexidades é o impacto da realidade. A cidade que parecia estar aos seus pés e lhes dava a liberdade de nela viverem toda a diversidade do mundo afinal não é acessível e os meninos não acedem a ela de acordo com os seus desejos.

A descoberta da cidade a partir do outro lado do televisor e da internet fornece imagens mas não forma personalidades, da mesma forma que a cidade percorrida através da janela do banco de trás da viatura dos pais confere hipotética segurança mas retira as experiências multisensoriais que a cidade fornece e que tão úteis serão no futuro.

Os adultos não constroem cidades para a infância a viver porque são demasiado infantis e é por isso que os adultos não parecem crescer mas tão-somente envelhecer. Para os adultos a cidade é turva e nebulosa. Confundem risco com perigo, recreio com segregação de espaço, escola com edifício.

Se os espaços de vida colectiva não forem acessíveis aos meninos que são ou ficaram diferentes é a iniciação à complexidade da vida que está em causa para todos eles. A aprendizagem torna-se simplista e redutora, a inteligência no uso do espaço torna-se o menor múltiplo comum da afectividade relacional.

Desde cedo pintar a alma da diferença no pormenor colorido do crayon faz o desenho ganhar dimensão humana e os seus personagens viverem a diferença de modo igual. Faz destes pequenos desenhadores e “pintadores” os homens que contribuirão para uma cidade mais solidária e amiga, para a mudança que tarda mas já está a caminho.”

Paula Teles_2009 | In Livro de Pintar – 1.º Ciclo – Campanhas de Sensibilização Escolar

As acções desenvolvidas em meio escolar, no âmbito dos Programas de Promoção da Acessibilidade (PMPA) de Vila Franca de Xira tiveram por base a sensibilização e promoção de boas práticas a partir dos mais novos, na convicção de que serão eles os homens e as mulheres que contribuirão para uma cidade futura mais solidária e amiga, para a mudança de uma sociedade que se crê que já vem a caminho.

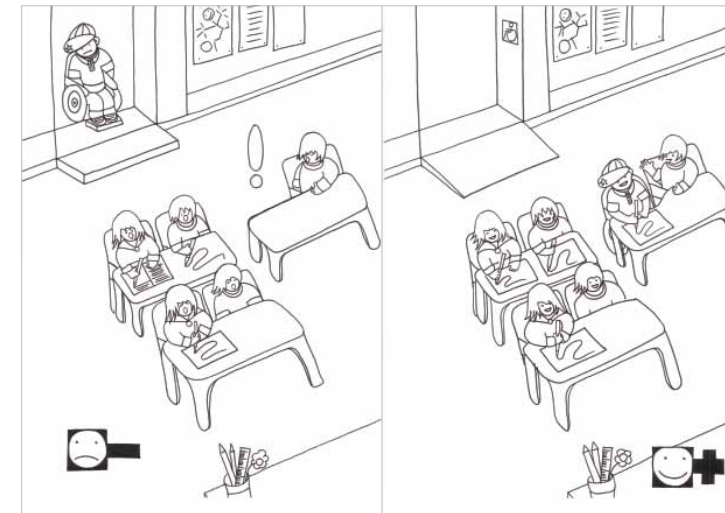
Neste contexto, foi desenvolvida uma parceria entre a Câmara Municipal, a entidade gestora dos planos e os professores responsáveis pelos agrupamentos escolares e escolas do município no sentido da apresentação e discussão do Programa de Acção de Sensibilização sobre Acessibilidade em Meio Escolar que assentou:

1. Na articulação com o pelouro da educação e com os agrupamentos escolares para definição do projecto no ano lectivo 2009/2010;
2. Na formação temática aos professores que integrassem o projecto;
3. Na promoção e integração do tema no programa escolar 2009/2010;
4. Na definição da tipologia da campanha e concepção dos seus conteúdos para o 1.º, 2.º, 3.º Ciclo e Secundário;



→ Figura 6:
Reunião com os Agrupamentos e Escolas Secundárias.

No seguimento do trabalho desenvolvido, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira organizou em parceria com o Instituto das Cidades e Vilas com Mobilidade, no dia 15 de Junho de 2009, acções de sensibilização destinadas às crianças do pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, tendo sido escolhidas para o efeito o JI/EB01 do Casal da Serra, e o JI/EB01 das Bragadas. A chamada de atenção dos mais novos para esta problemática, contou também com a distribuição de Livrinhos de colorir ao 1º Ciclo, em que através da pintura as crianças aprendam a distinguir “bons” e “maus” exemplos de acessibilidade. De forma simples, através de ilustrações, educam-se as crianças na identificação de alguns exemplos de barreiras arquitectónicas, introduzindo um pensamento estratégico relativo às condições de circulação e vivência no Município, e alertando para a necessidade de construção de um meio urbano acessível a Tod@s.



→ Figura 7:
Livrinho para colorir: Desenhos para Pintar – Acessibilidade para Tod@s.

Com este tipo de iniciativas pretende-se sensibilizar os mais novos para as dificuldades que se colocam às pessoas com mobilidade condicionada, despertando neles um sentido crítico, e uma atenção maior para esta problemática, para que em conjunto com os pais, os professores, e todos os agentes locais possamos construir uma cidade mais solidária e amiga.

No conjunto das iniciativas desenvolvidas, no dia 9 de Julho de 2009, realizou-se um Peddy Paper sob o tema “Acessibilidade sem Barreiras” que teve como principal objectivo a identificação de barreiras arquitectónicas em espaços de utilização pública.

Participaram nesta iniciativa cerca de 25 crianças e jovens, distribuídos por cinco equipas, onde um dos elementos estava numa cadeira de rodas e outro tinha os olhos vendados, através de cinco percursos distintos.



→ Figura 8:
Acções de Sensibilização Escolar - Peddy Paper “Acessibilidade sem Barreiras”.

Paralelamente ao Peddy Paper, foi ainda possível aos transeuntes que passavam no Largo do Município, experimentar a sensação de se encontrarem numa cadeira de rodas, ou como invisuais, ultrapassando alguns obstáculos.

A realização do Peddy Paper permitiu aos participantes preencherem uma grelha de avaliação, tendo em conta a análise efectuada, o que, por sua vez, resultou na atribuição de cartas de recomendações, ou certificados de “Instituição Amiga de Pessoas com Deficiência”. Esta iniciativa contou com o apoio da ACIS, ACAPO, Misericórdia de Alverca, J.F. das Cachoeiras, Cajixira, e PSP (Divisão de Trânsito) e foi considerada um êxito em termos de sensibilização.



→ Figura 9:
Acções de Sensibilização - Peddy Paper “Acessibilidade sem Barreiras”.

No âmbito dos Planos de Promoção da Acessibilidade é ainda importante referir que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, em parceria com o Agrupamento de Escolas Profº Reynaldo dos Santos, realizou um Concurso de Fotografia denominado “Acessibilidade e Mobilidade para Tod@s”. Este concurso teve intrínseco dois temas: “Boas Práticas de Acessibilidade no Concelho de Vila Franca de Xira” e “Zonas a necessitar de intervenção ao nível das acessibilidades no Concelho de Vila Franca de Xira” e destinou-se a dois grupos de alunos, designadamente, os iniciados, do 5º ano ao 9º ano de escolaridade e os veteranos, do 10º ano ao 12º ano.

O concurso foi divulgado e distribuído o respectivo regulamento na Escola Secundária Professor Reynaldo dos Santos. A adesão a esta iniciativa por parte dos alunos foi excelente, tal como o acompanhamento dos Directores de Turma e Professores.

Após o período proposto para a realização (Fevereiro e Março de 2009), as fotografias foram recolhidas e analisadas pelos membros do júri, constituído por um elemento do Conselho Directivo da Escola, o Vereador Fernando Paulo, o Urb. Fernando Gama, a Eng. Paula Teles e a fotógrafa Ana Serra. Da análise efectuada, resultou a lista de vencedores do Concurso de Fotografia – “Acessibilidade e Mobilidade para Tod@s”.

TEMA A – BOAS PRÁTICAS

	Nome	Turma	Identificação da fotografia
1º	Ana Fonseca	9º A	Acesso ao caminho pedonal ribeirinho
2º	Ruben Ortet	9º A	Acesso ao Edifício dos Paços do Concelho
3º	Joana Silva	9º A	Acesso à Caixa de Crédito Agrícola-V.F.Xira

TEMA B – ZONAS A NECESSITAREM DE INTERVENÇÃO

	Nome	Turma	Identificação da fotografia
1º	Sofia Nobre	9º A	Acesso ao cemitério
2º	Eduardo Caramujo	9º A	Acesso aos C.T.T.
3º	Ana Peixinho	9º A	Acesso às Finanças – V.F.Xira

Concurso de Fotografia – Veteranos

TEMA A – BOAS PRÁTICAS



1.º PRÉMIO: Ana Rita Freitas

10ªA – Acesso ao caminho pedonal ribeirinho



2.º PRÉMIO: Leonor Teles

11ªA – Acesso ao caminho pedonal ribeirinho (foto nocturno)



3.º PRÉMIO: Ana Lúcia Rebelo

12ªE – Acesso do Cartoon Xira (Celeiro da Patriarcal)

TEMA B – ZONAS A NECESSITAREM DE INTERVENÇÃO



1.º PRÉMIO: Gonçalo Toste

12ªE – Acesso ao Museu Municipal



2.º PRÉMIO: Ana Rita Freitas

10ªA – Escadaria de acesso ao Tribunal



3.º PRÉMIO: Jessica Lourenço

11ºC – Acesso ao Tribunal

No dia 8 de Maio, nas instalações da Junta de freguesia de Vila Franca de Xira, realizou-se a entrega dos prémios, em paralelo com a inauguração da exposição dos trabalhos seleccionados. De sublinhar, a participação da sociedade civil que, desta forma, demonstrou a importância da acessibilidade e mobilidade para Tod@s, fazendo a mobilidade sair do gabinete, quebrar barreiras e consciencializar todos os munícipes de que o território de Vila Franca de Xira é para Tod@s.



→ Figura 10:
Exposição: Concurso de Fotografia
"Acessibilidade e Mobilidade para Tod@s".



→ Figura 11:
Sessão de Entrega de Prémios – Sensibilização em Meio Escolar – Acessibilidade para Tod@s.



Fonte: Fernando Lima Pacheco

4.3. Acções de Informação/Formação

As acções de informação/formação, desenvolvidas no âmbito da execução dos Programas de Promoção da Acessibilidade, são uma importante abordagem para que se sensibilizem e instruem os principais intervenientes, públicos e privados, como técnicos e agentes que desenham e constroem os municípios.

Foi neste sentido que se realizaram acções de informação/formação sobre Acessibilidade e Mobilidade para Tod@s, destinadas aos profissionais do município com o objectivo deste espaço formativo se constituir uma mais-valia na compreensão da aplicabilidade da legislação e inspirar nos responsáveis pelo planeamento, dentro de cada município, a defesa e aplicação de boas práticas no que diz respeito a mobilidade e acessibilidade para Tod@s.

Com efeito, esta é uma intervenção que se estende a vários domínios e agentes apelando, como tal, a um trabalho e uma resposta colectiva.

A passagem de conhecimentos e formação a técnicos autárquicos, técnicos de gabinetes locais e a técnicos dos sectores do Turismo, Comércio e Transportes que, directa ou indirectamente, participaram no desenho da cidade foi uma componente essencial dos Planos, pela criação de uma atitude preventiva que o planeamento da acessibilidade terá a partir de agora.

Desta forma conseguiu-se fazer dos planos instrumentos vivos de planeamento e acção.

Para a realização destas Acções de Formação contou-se com o apoio da AHPTUS, e da ESRI - Portugal, entidades acreditadas pela DGERT e com experiência comprovada em formação sobre Acessibilidade e Sistemas de Informação Geográfica, respectivamente.

DESTINATÁRIOS

A formação em Acessibilidade e Mobilidade para Tod@s – DL n.º 163 de 08 de Agosto, ministrada no Município de Vila Franca de Xira teve, os seguintes destinatários directos:

- Técnicos de Comércio, Turismo, Transportes;
- Técnicos Autárquicos (Gestão Urbanística, Projecto e Operativos);
- Técnicos de Gabinetes Externos.

A formação em SIG – Sistemas de Informação Geográfica (ArcGis), ministrada no Município de Vila Franca de Xira teve, no âmbito dos dois planos, como destinatários directos, os Técnicos da Autarquia directamente relacionados com os SIG.

O desenvolvimento do Sistema de Informação Geográfica passou pela integração na intranet e internet da informação inerente aos planos com a finalidade de melhorar o acompanhamento e a monitorização das suas diferentes fases.

CONTEÚDOS

As acções informação/formação no âmbito da Acessibilidade e Mobilidade para Tod@s (DL n.º 163/06 – 08 de Agosto) contaram a nível de conteúdos, com:



• Uma primeira parte: genérica para todas as tipologias e destinatários

Nesta primeira parte foi feita uma introdução à temática e abordados os principais conceitos (Acessibilidade e Mobilidade para Tod@s, Design Inclusivo e Barreiras – tipologias e problemas, Boas Práticas).

A fim de uma abordagem mais real foram apresentadas as principais diferenças entre as duas legislações (DL n.º 123 e DL n.º 163).

Dadas as últimas orientações do governo português, expressas na legislação desenhada no GUIA da Acessibilidade e Mobilidade para Tod@s, procedeu-se a uma interpretação Jurídico-Legislativa: Hierarquização Legislativa, Anotações ao Articulado, Legislação Relacionada.

No seguimento, foi abordada a Descodificação das Normas Técnicas apresentadas no DL n.º163/2006, através da Descodificação Desenhada das Normas Técnicas (Percurso Acessível, Via Pública, Edifícios e estabelecimentos em geral e com usos específicos). Nesta mesma óptica foram apresentados quadros de sistematização temática (Percurso Acessível, Rampas, Escadas, Ascensores e Plataformas Elevatórias e Instalações Sanitárias).

Numa sistematização mais prática destas temáticas foram abordados os Planos de Promoção da Acessibilidade ao nível dos principais conceitos, critérios e metodologias de abordagem.

• **Uma segunda parte: específica por tipologia e destinatários**

Na segunda parte, tendo por base as diferentes tipologias de destinatários, houve uma abordagem específica aliada a diferentes experiências no espaço público e edificado. Para os técnicos autárquicos, foram genericamente abordados casos práticos onde foi possível avaliar a aplicação das melhores práticas ao serviço da construção de municípios acessíveis. Essa análise teve por referência as barreiras urbanísticas mais frequentes e a estratégia de adopção das melhores práticas.

No grupo dos técnicos de gabinetes externos, designadamente gabinete locais, empresas e escritórios de projecto, além da abordagem de casos práticos onde foi possível avaliar a aplicação das melhores práticas ao serviço da construção de municípios acessíveis foi feita uma sensibilização sobre a aplicação dos Princípios do “design for all” em projectos de arquitectura e urbanismo. Para o grupo, dos técnicos de transportes, comércio e turismo, a sessão incidiu igualmente sobre casos práticos onde foi possível avaliar a aplicação das melhores práticas ao serviço da construção de municípios acessíveis, tendo por base diferentes dinâmicas.

No âmbito dos Transportes procedeu-se à análise de Barreiras e Boas práticas ao nível da Acessibilidade no novo material circulante; da Acessibilidade com a adaptação do material circulante existente; da Acessibilidade em novas infra-estruturas; e da Acessibilidade em infra-estruturas existentes. No âmbito do Comércio procedeu-se à análise de Barreiras e Boas práticas ao nível da acessibilidade em novos projectos e acessibilidade com a adaptação de estabelecimentos comerciais já existentes. No âmbito do Turismo procedeu-se à análise de Barreiras e Boas práticas ao nível da acessibilidade em novos projectos e acessibilidade com a adaptação de espaços turísticos já existentes.

As acções informação/formação no âmbito da formação em SIG – Sistemas de Informação Geográfica (ArcGis), ministrada no Município de Vila Franca de Xira contou com os seguintes conteúdos: Formação base em SIG (Iniciação ao SIG; Panorâmica dos SIG; Mapas SIG; Poder SIG: Mapas reúnem dados; Criar Layout de um mapa; Georreferenciar dados geográficos; Geometria da Geografia; Dados Geográficos: Panorâmica; Questionando os dados: Colocar perguntas, Obter respostas, Analisar relações espaciais e Solucionar problemas com o SIG). Levantamento com ArcGIS - ArcPAD (Apresentação do ArcPAD; Descrição de funcionalidade e ferramentas; Levantamento de dados no exterior; Carregamento de dados e Visualização em ArcMap). Formação na extensão mobilidade (Introdução à extensão mobilidade; Ferramentas e funcionalidades; Criação e remoção de percursos; Criar e remover barreiras; Adicionar e remover extensões; Simbologia; Cálculo de mobilidade; Criação, edição e remoção de subtipos; Alteração da configuração; Alteração de custos; Criação de Relatórios; Criação do plano com os dados do levantamento; Introdução aos formatos de dados e Importação e exportação de formatos de dados.

COMPONENTE PRÁTICA

Em todas as acções os formandos foram alvo de uma experimentação, em Espaço Público e edificado, da deficiência/mobilidade reduzida e da cegueira, tendo por base a utilização de cadeiras de rodas e bengalas brancas/vendas de olhos, respectivamente. Com esta dinâmica os formandos saíram mais sensíveis para a dificuldade de vencer pequenos obstáculos e da derradeira necessidade de contemplar nas suas actividades a resolução ou a solução técnica para as barreiras arquitectónicas mais evidentes.



Fonte: Fernando Lima Pacheco

EQUIPA PEDAGÓGICA

A monitorização das acções de informação/formação foi sempre acompanhada por um formador sénior com domínio e experiência de todas as áreas de intervenção. Tratou-se sempre de formadores certificados (Certificado de Aptidão Profissional - CAP) e com mais de 2 anos de experiência na área.

MEIOS PEDAGÓGICOS

No âmbito da formação ministrada, todos os formandos tiveram direito a um dossier de formação com os seguintes elementos

- Programa da Acção;
- Apresentações multimédia: PPT;
- GUIA de Acessibilidade e Mobilidade para Tod@s - em formato digital;
- Base bibliográfica de consulta;
- Plantas de Trabalho | Mapas de localização;
- Certificado Final de Curso.

Todos estes elementos foram também distribuídos em formato digital (CD/DVD).



→ Figura 12:
Fotografias de acções de informação/formação.



ACÇÕES DE INFORMAÇÃO | FORMAÇÃO

Acessibilidade e Mobilidade para Todos (DL 163/06 - 08 de Agosto)

| 30 DE SETEMBRO DE 2010
| Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira

Programa

Introdução

Apresentação dos objectivos da formação

Tema I

Enquadramento do tema na Sociedade Portuguesa e Europeia

Tema II

Barreiras arquitectónicas - exemplos práticos.

Tema III

Projectar para o homem médio versus projectar Acessível

Tema IV

Caracterização da mobilidade condicionada

Tema V

"Desenho Universal"

Tema VI

Instrumentos legislativos, evolução temporal e hierarquia de aplicação.

"Decreto - Lei n.º 163 /2006, de 8 de Agosto"

Casos práticos

Tema VII

Percurso Acessível, na via pública e no meio edificado

Tema VIII

Programa de Acessibilidade

Conclusões e Avaliação

Conclusões e avaliação da acção

Formação de cariz prático
Estudo de casos em desenvolvimento no município

INSCRIÇÃO: Preenchimento e envio da Ficha de Inscrição para:
luis.capucha@cm-vfxira.pt

O Governo Português lançou no dia 06 de Junho de 2007, o Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos, uma ferramenta técnica de descodificação da nova legislação sobre a acessibilidade (DL 163/06, de 08 de Agosto) que veio substituir o DL 123/97, de 22 de Maio e que pretende ser uma ajuda na construção de cidades acessíveis a Todos.

Os Programas de Promoção da Acessibilidade surgem agora como um desafio à integração dessas orientações nas políticas municipais, respectivo planeamento, desenho e monitorização desses territórios através de várias abordagens.

As acções de informação/formação, a desenvolver no âmbito da execução dos Programas de Promoção da Acessibilidade, são uma dessas importantes abordagens para que se sensibilizem e instruem os principais intervenientes, públicos e privados, como técnicos e agentes que trabalham e desenvolvem as Vilas e Cidades.

TIPOLOGIA

| 1 dia | 7 horas

DESTINATÁRIOS

| ENTIDADES EXTERNAS
| Gabinetes Locais

DATA

| 30 DE SETEMBRO DE 2010

LOCAL

| Junta de Freguesia de V. F. de Xira

HORÁRIO

| MANHÃ 09:30-13:00
| TARDE 14:30-18:00

DOCUMENTAÇÃO

| Os formandos terão direito:
- Documentação em formato digital
- Certificado

→ Figura 13:
Exemplo de acções de informação/formação.



4.4. Conselho Consultivo e Participação Pública

Foi igualmente definida uma estratégia de participação da população que incidiu em sessões de esclarecimento e debates públicos com o objectivo de esclarecer dúvidas e questões em torno da matéria em causa, bem como recolher os contributos da população e dos representantes da sociedade civil.

Esta intervenção permitiu também trabalhar em torno da criação do Conselho Consultivo para a acessibilidade, grupo de parceiros locais com funções diferenciadas que se reúne em momentos críticos do trabalho e que promove uma discussão partilhada sobre os resultados que emergem do decorrer de ambos os planos.

Desta forma, foi conseguido ao longo do desenvolvimento dos dois planos um planeamento participado das acções deles decorrentes. As acções de participação pública, que teve por base não só o público em geral, mas também a sociedade civil organizada em associações, IPSS's – Instituições

Públicas de Solidariedade Social, entre outros, bem como as reuniões de conselho consultivo, que asseguraram a participação dos principais organismos da vida activa do município, garantiram uma constante sensibilização, envolvimento e capacidade de induzir acções consequentes nesta matéria.

Assim, no dia 23 de Dezembro de 2008 foi realizada a primeira reunião do Conselho Consultivo, na qual foram divulgadas as iniciativas que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira levou a cabo, sobre a temática da mobilidade, designadamente a instalação do SIM-PD (Centro de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência), a criação de um Banco de Ajudas Técnicas, bem como o programa em curso para a eliminação de barreiras arquitectónicas no acesso a habitações de pessoas carenciadas.

O Conselho Consultivo de Vila Franca de Xira foi constituído pelas seguintes entidades:

- Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca Xira
 - Dra. Maria da Luz Rosinha
- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
 - Fernando Gama, Coordenador do Projecto;
 - Vereador Fernando Paulo;
 - Susana Santos, GGIRP;
 - João Santos, DPOT/SIG;
 - Nuno Tavares, DEJDE;
 - Luís Capucha, DQA;
 - Teresa Laranjeira, DPGQV/DGU;
 - Vitória Cochicho, PMRU;

- Armandina Matias, Acção Social;
- Vânia Laço, Acção Social;
- Lurdes Ribeiro, DOUSM/DP;
- Renato Ribeiro, DGE;
- Juntas de Freguesia
 - José Fidalgo Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira;
 - Ana Rita Gomes, Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira;
 - David Mendes, Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira;
 - Hugo Moisés Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de S. João dos Montes
 - António José Inácio, Presidente da Junta de Freguesia do Forte da Casa
 - Luís Filipe Simões Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Alhandra
 - José Inácio do Vale Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Cachoeiras
 - Afonso Lourenço Correia da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo
 - António Fernando Zacarias Salvador, Presidente da Junta de Freguesia de Calhandriz
 - José Manuel Marques Peixeiro, Presidente da Junta de Freguesia do Sobralinho
 - Jorge Nuno Vieira Silva Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria
 - António Ventura Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Castanheira do Ribatejo
 - José António Alves Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga
- Forças de Segurança
 - Policia de Segurança Publica;
 - Guarda Nacional Republicana;
- Agrupamentos Escolares
 - Agrupamento de Escolas Reynaldo Santos;

- Entidades Externas
 - ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal;
 - ACIS – Associação de Comércio, Indústria, e Serviços dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos;
 - AIPNE – Associação para a Integração de Pessoas com Necessidades Especiais;
 - AISC – Associação de Intervenção Social e Comunitária;
 - APJ – Associação Projecto Jovem;
 - Centros de Saúde do Concelho de Vila Franca de Xira;
 - CERCIPÓVOA – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados;
 - CERCITEJO – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Alverca;
 - Hospital Reynaldo dos Santos;
 - ICVM – Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade;
 - SMAS – Sistema Municipal de Águas e Saneamento;

Neste âmbito realizaram-se apresentações públicas, colóquios, fóruns de sensibilização e debate mas também acções de divulgação nos órgãos de comunicação locais em especial estações de rádio, jornais e televisões regionais.



→ Figura 14:
Reuniões do Conselho Consultivo.



4.5. Seminário de Urbanismo, Saúde e Inclusão Social

Realizaram-se em Vila Franca de Xira as comemorações do Dia Mundial da Saúde, entre o dia 7 e 11 de Abril de 2010, sob o tema “Urbanismo e Saúde”, com a campanha “1000 cidades, 1000 vidas”, apelando a todas as cidades do mundo que, entre as datas referidas, participassem na campanha e fizessem parte de uma das 1000 cidades a promover actividades na área relacionadas com o tema mencionado.

Inseridas neste âmbito, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira realizou diversas acções de sensibilização sobre o tema da acessibilidade. Estas acções incluíram o Seminário “Urbanismo, Saúde e Inclusão Social”, Rastreios de saúde e avaliações da aptidão física, Espectáculo de solidariedade, Open day de actividades de Grupo (Fitness), Caminhada “1000 pessoas 1000 vidas” e a Feira da Saúde.

O seminário, realizado na Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Alhandra (CURPIFA) e Sociedade Euterpe Alhandrense (SEA), afirmou-se como um espaço de

reflexão sobre diferentes temáticas associadas ao impacto do planeamento urbano na saúde da população, bem como de divulgação e partilha de boas práticas neste domínio, através da realização de quatro workshops sobre os temas: “Viver com Saúde nas Cidades”; “Impacto da Reabilitação das Zonas Ribeirinhas na Qualidade de Vida das Populações”; “Políticas de Habitação Social, que Caminhos?”; e “Planeamento Urbano e Acessibilidades para Todos”, este último no âmbito dos Planos Local e Municipal de Promoção das Acessibilidades, financiado pelo POPH do QREN.

Este último workshop, contou com a divulgação dos Planos, a montante da apresentação das propostas de intervenção revestiu-se de um momento de aprendizagem e troca de experiências, reforçando a qualidade das soluções propostas, tendo por base boas práticas de Acessibilidade e Design Inclusivo já em curso em projectos nacionais e com grande ênfase à escala mundial, com a participação de oradores internacionais.”

Os Planos que resultaram do desenvolvimento dos Programas de Promoção da Acessibilidade apontam como objectivo a eliminação de barreiras arquitectónicas, urbanísticas e psicológicas, construindo cidades mais democráticas, cidades mais inclusivas.

Entre os principais intervenientes nesta temática usaram da palavra Maria da Luz Rosinha, Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; Eng^a Paula Teles, Presidente do Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade; Sandrine Palhinhas, Projecto “Palmela Acessível”, Câmara Municipal de Palmela; Mateus Oliveira, Gabinete de Mobilidade, Câmara Municipal de Penafiel; Pedro Homem de Gouveia e Jorge Falcato Simões, Núcleo de Acessibilidade da Câmara Municipal de Lisboa; César Mosquera Lorenzo, “Pontevedra Acessível”, Câmara Municipal de Pontevedra, Galiza, Espanha; sob moderação do Dr. Luís Capucha Pereira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

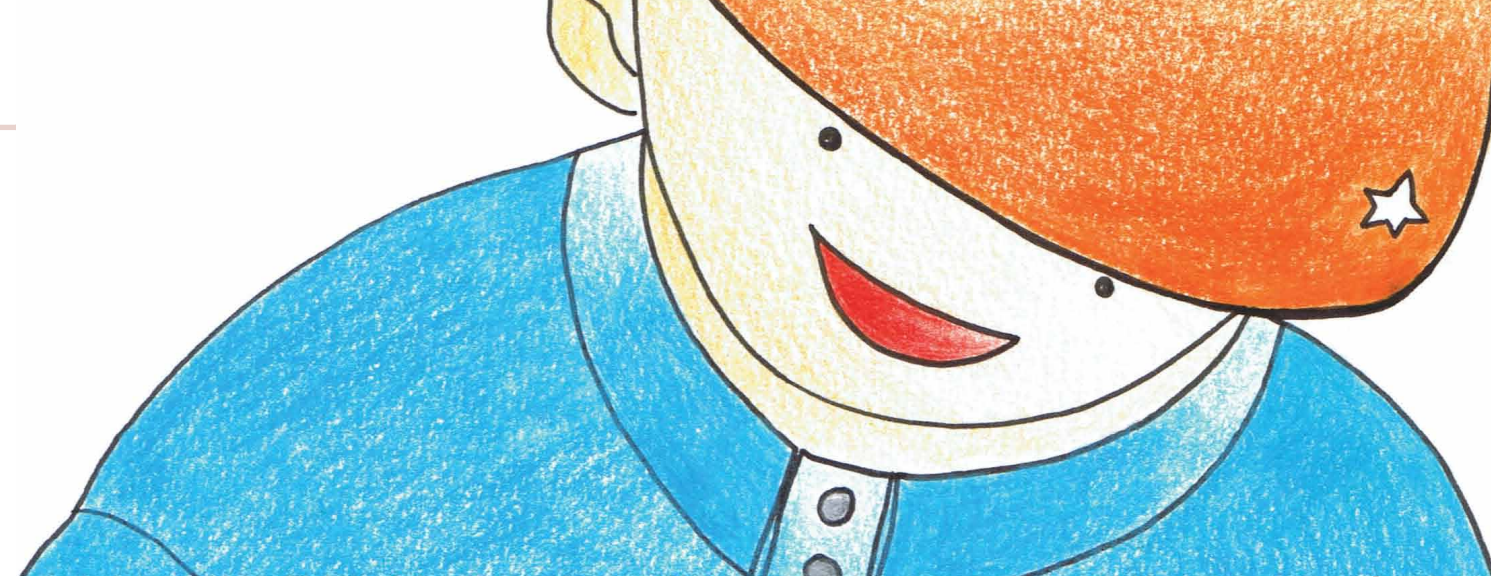
A exibição do trabalho desenvolvido nos Planos de Promoção da Acessibilidade pretendeu demonstrar quais as prioridades de intervenção, assumindo uma elevada importância, na medida em que possibilitou definir as principais intervenções a efectuar no espaço público e nos equipamentos, em matéria de eliminação das barreiras urbanísticas ou arquitectónicas. A apresentação evidenciou a forma como estes planos foram monitorizados, através de um sistema de informação geográfica que permitirá apoiar a decisão face aos orçamentos previstos para a eliminação das barreiras.

Salientou-se ainda que Vila Franca de Xira será um território mais competitivo para viver, para usufruir do seu potencial ou apenas para visitar. Simultaneamente, o Município de Vila Franca de Xira dará o exemplo a todo o país e ao mundo que, de forma integrada e simples, se pode investir no futuro de uma nova cultura de acessibilidade e mobilidade para todos.

A Sessão de Encerramento contou com a presença de Mário Bernardino - Presidente do Conselho de Administração do Hospital Reynaldo dos Santos, Maria da Luz Rosinha - Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e Ana Jorge - Ministra da Saúde.



→ Figura 11:
Caminhada "1000 pessoas 1000 vidas".



4.6. Campanhas de comunicação e divulgação

Desde a fase de lançamento até à divulgação final dos Planos de Promoção da Acessibilidade, abrangendo todas as actividades, foram planeadas e desenvolvidas campanhas de comunicação e divulgação tendo por base vários suportes e produtos que, de alguma forma, transmitissem a ideia de acessibilidade que se pretendia implementar no Município de Vila Franca de Xira.

Assim, dos produtos comunicacionais desenvolvidos fizeram parte flyers, bandeirolas, expositores e pequenos brindes como livrinhos de pintar. Estas campanhas integraram artigos e notícias publicados em jornais locais, regionais e nacionais bem como spots nas rádios locais e regionais.

De apoio a estes Órgãos de Comunicação Social foram redigidas várias notas de imprensa a fim de atingir públicos diversificados.



→ Figura 15: Flyer – Lançamento dos Planos.



Acessibilidade e Mobilidade para Todos
 A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira promoveu a Apresentação do Projecto Municipal para a Acessibilidade e Mobilidade para Todos, seguida de Assinatura de Protocolo de Cooperação com o Instituto Nacional para a Reabilitação.
 A cerimónia, realizada a 4 de Dezembro, contou com a presença da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Dra. Idália Moniz.
 Na mesma data e âmbito, entrou em funcionamento o novo espaço SIM - PD (Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência), sito na Av. Pedro Victor, N.º 21 A, em Vila Franca de Xira.

→ Figura 16: Notícia do Lançamento dos Planos, Revista Municipal.



→ Figura 17: Anúncio do Lançamento dos Plano, Jornal Planeamento e Cidades.



→ Figura 18: Notícias do Lançamento dos Plano, Publicados na "Revista Municipal", no Site Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no "Jornal Planeamento e Cidades", no Jornal "O Mirante" e no "Portal de Alverca".

Vila Franca de Xira Concelho Acessível Um novo conceito de cidadania municipal: começar pelos mais jovens

No âmbito dos Programas de Promoção da Acessibilidade a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira lançou, em Março, em parceria com a Escola Secundária Reynaldo dos Santos, um concurso de Fotografia. Após apreciação do júri, os prémios serão entregues, aos primeiros classificados, no dia 08 de Maio pela Presidente da Câmara. Os trabalhos ficarão expostos, durante o mês de Maio, na galeria da Junta de Freguesia de V F Xira.

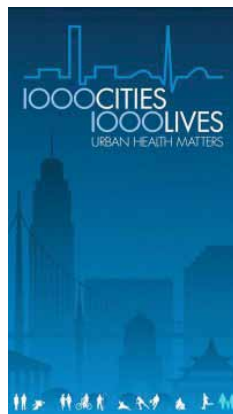
Para Vila Franca de Xira a Acessibilidade e Mobilidade passaram a ser prioridade nas políticas estratégicas do município.

A aprovação da candidatura ao QREN, conseguida recentemente pela autarquia, permitirá a Vila Franca de Xira apostar em práticas pioneiras em Portugal em matéria de acessibilidade, reforçando todo o trabalho já efectuado.

Vamos, sem excepção, construir um concelho acessível para todos.



→ Figura 19:
Anúncio sobre o lançamento do Concurso de Fotografia, Jornal "Vida Ribatejana" e Jornal "O Mirante".



→ Figura 20:
Anúncio – Seminário: Urbanismo, Saúde e Inclusão Social, Workshop de Planeamento Urbano e Acessibilidade para Tod@s.



Vila Franca de Xira Concelho Acessível, um novo conceito de cidadania municipal. No âmbito dos Programas de Promoção da Acessibilidade a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira lançou, em parceria com a Escola Secundária Reynaldo dos Santos, um concurso de Fotografia subordinado ao tema Acessibilidade e Mobilidade para Todos.

Os prémios serão entregues, aos primeiros classificados, a 08 de Maio. Os trabalhos ficarão expostos na galeria da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira. Visite a exposição!

Vamos, sem excepção, construir um concelho acessível para todos.

Transmissão na Íris FM: 06 a 08.05.2009;
Transmissão na Rádio Lezíria: 04 a 08.05.2009

Após o Lançamento dos Programas de Promoção da Acessibilidade a Câmara Municipal de Vila de Xira tem dinamizado algumas actividades: participação pública, acções de sensibilização, concursos, entre outros.

E, porque a participação dos munícipes tem sido estratégica nos desígnios do município a próxima actividade social será um pedipaper a realizar no dia 29 de Maio, pela manhã, no núcleo central de Vila Franca de Xira.

Este evento contará com a parceria e participação de instituições de apoio a pessoas portadoras de deficiência.

Participe!

Vamos, sem excepção, construir um concelho acessível para todos.

Transmissão: 11, 18, 25, 28.05.2009

→ Figura 21:
Spots Rádio IRIS FM e Rádio LEZÍRIA – Divulgação do Lançamento do Concurso de Fotografia e da realização de um Pedipaper, no âmbito dos Planos de Promoção da Acessibilidade.



Planear bem,

projectar melhor

5

5.

PLANOS

Planos Local e Municipal de Promoção de Acessibilidade

A elaboração de um Plano de Promoção de Acessibilidade responde à mudança do paradigma da acessibilidade em Portugal, apresentando uma nova estratégia em torno do planeamento urbano ao qual se associa uma visão de democratização dos territórios através da Acessibilidade e Mobilidade para Tod@s.

A sua concepção consiste, essencialmente, no cruzamento do diagnóstico urbanístico e arquitectónico do território com o diagnóstico social do município, em matéria de necessidades de Acessibilidade para Tod@s.



Esta abordagem interdisciplinar, com leituras a diferentes escalas, é a chave para que os Planos atinjam os objectivos a que se propõem e ainda, superem níveis de qualidade relativamente aos instrumentos legislativos em vigor (DL n.º 163/06 de 8 de Agosto). Esta abordagem exige uma metodologia simples mas eficaz, que permita agir de forma sistematizada e metódica, monitorizando as diferentes fases e acções em curso.

Assim sendo, a metodologia proposta assenta em quatro pilares de base, a saber: Governância, Participação, Conhecimento e Sensibilização e os estudos específicos, integrantes das acções desenvolvidas respectivamente.

Para atingir a finalidade a que se propõe, é imprescindível a coordenação, apoiada numa metodologia estratégica, em cinco áreas temáticas numa valorizada conexão, no que diz respeito a matéria de Acessibilidade para Tod@s:

- Espaço Público,
- Edificado,
- Transportes,
- Comunicação
- Infoacessibilidade.





Espaço Público



Edificado



Infoacessibilidade



Transportes



Comunicação



→ Figura 22:
Áreas temáticas de intervenção dos Planos de Promoção da Acessibilidade.

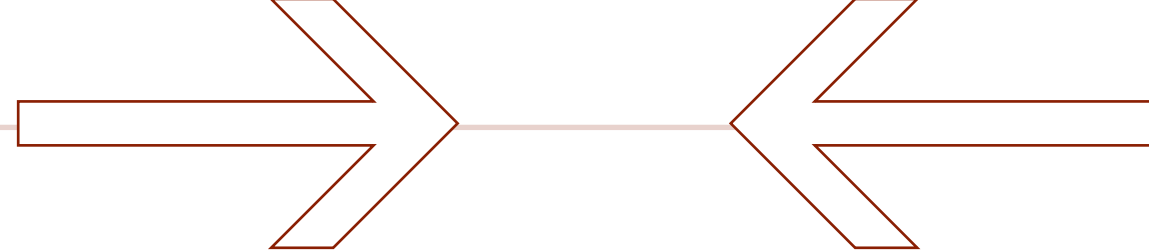


5.1. Espaço Público

5.1.1. Áreas de Intervenção

A maior parte das cidades não apresenta um plano original homogéneo, mas sim a sobreposição de dois ou mais tipos de plantas, correspondendo cada um deles a épocas distintas. Este facto resulta numa série de problemas urbanos, principalmente nas áreas mais antigas das cidades, em que as ruas estreitas e tortuosas dificilmente conseguem garantir uma mobilidade eficaz para as pessoas, já que as cidades a elas pertencem.

A resolução dos problemas urbanos é um enorme e dinâmico desafio, dada a constante mutação dos espaços e dos comportamentos dos seus intervenientes.



Quando falamos da cidade de Vila Franca de Xira, em termos de espaço público, o estudo tem como propósito o diagnóstico e respectivas propostas de intervenção das barreiras existentes na via pública, bem como, dos níveis de acessibilidade dos corredores que interligam a rede pedonal das áreas de intervenção dos Planos.



→ Figura 23:
Espaço público da cidade de Vila Franca de Xira. Franca de Xira.



→ Figura 24:
Espaço público do Município.

A selecção das áreas com indispensabilidade de intervenção, no que concerne ao Plano Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade, foi da responsabilidade do Município de Vila Franca de Xira. Relativamente ao Plano Local (Centro da Cidade), a área analisada enquadra-se na malha urbana consolidada, sendo esta constituída por tipologias de alojamentos, maioritariamente de habitação colectiva, onde o comércio e os serviços centrais desempenham um papel preponderante de dinamização deste centro urbano.

Falamos, pois, de uma área que congrega quer o núcleo histórico da cidade, quer áreas de expansão mais recentes, aglutinadoras de serviços públicos ou privados, importantes para o Município, dos quais se destacam alguns edifícios municipais, tribunal, forças de segurança, equipamentos de educação, saúde, desporto e lazer.

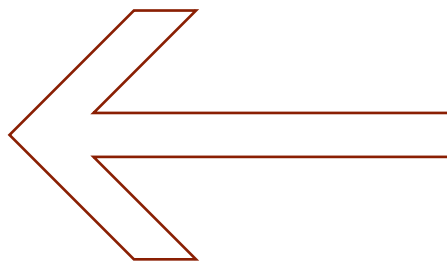
→ Figura 25:
Limite da área de intervenção no Plano Local
(centro de Vila Franca de Xira).



A elaboração do Plano Municipal teve como principal objectivo a promoção da acessibilidade nas freguesias que compõem o Município de Vila Franca de Xira. De uma forma geral, foram definidas áreas de intervenção, em cada uma das onze freguesias que compõem o município – Alhandra, Alverca, Cachoeiras, Calhandriz, Castanheira do Ribatejo, Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria, São João dos Montes, Sobralinho e Vialonga, à excepção da freguesia de Vila Franca de Xira, definida no Plano Local.

Sendo assumidamente um documento de natureza multidisciplinar, o Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade visa permitir à administração local planear a adaptação dos espaços públicos do município como arruamentos, praças, largos, equipamentos públicos, entre outros locais, propondo a eliminação de barreiras arquitectónicas e urbanísticas, tendo também em consideração os diferentes tipos de transporte.

Em síntese, este Plano ambiciona dotar o município de uma rede de percursos acessíveis em torno dos espaços públicos. Pretende-se, deste modo, planear a Acessibilidade e Mobilidade para Tod@s ao nível municipal, contrariando as medidas avulso normalmente implementadas, através da definição de eixos de orientação estratégicos e prioridades de intervenção à escala municipal.



→ Figura 26:
Âmbito de Intervenção do Plano Municipal.



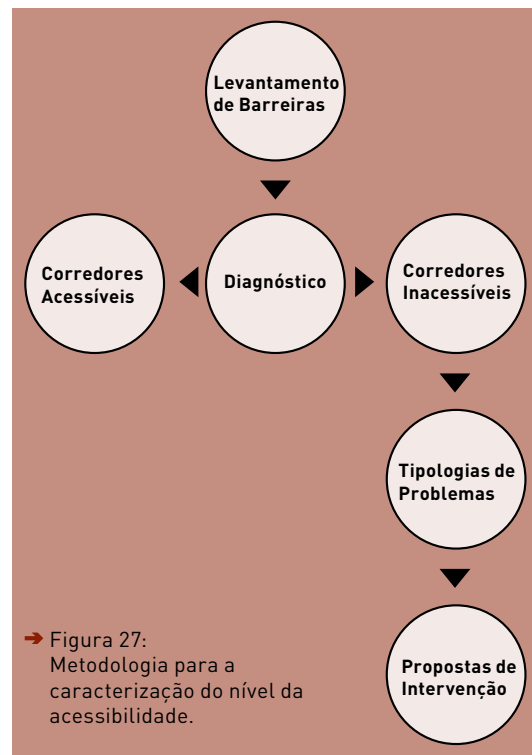
5.1.2. Levantamento e Diagnóstico

Para tornar mais fácil e perceptível o diagnóstico, optou-se pelo recurso a uma análise por “Tipologia de Barreira”, tendo em conta que se trata da melhor forma de compreender o “estado actual e as necessidades de acessibilidade e mobilidade” do município de Vila Franca de Xira.

No que respeita à classificação das barreiras, estas foram sistematizadas e divididas tecnicamente em barreiras urbanísticas/arquitectónicas e móveis.

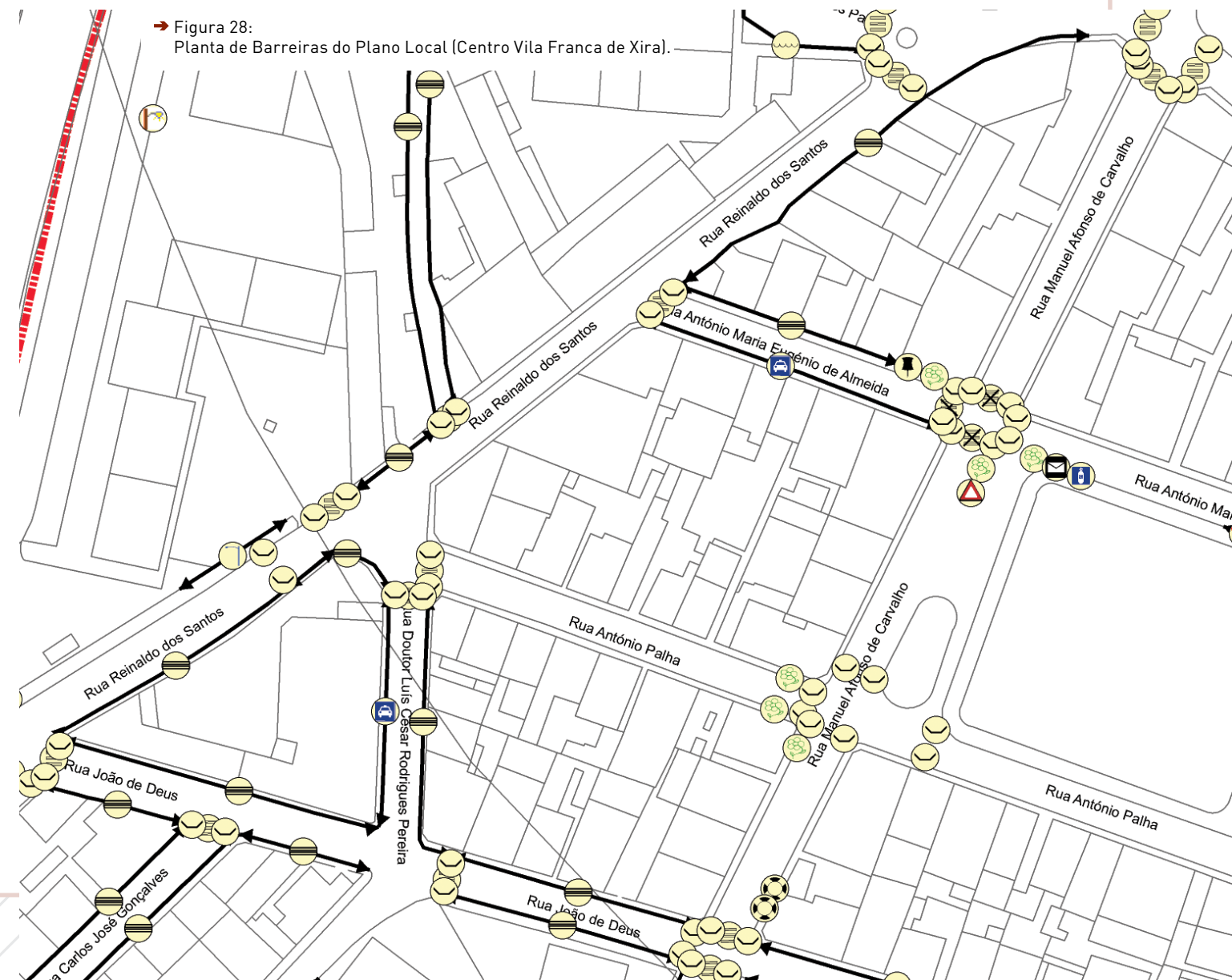
Consideram-se barreiras urbanísticas e arquitectónicas, todas as que detêm um carácter permanente de implantação no território. Neste âmbito, incluem-se vários elementos de mobiliário urbano, sinalética e elementos construídos capazes de impedir a livre circulação dos peões, de forma segura e confortável, como sejam as papeleiras, os sinais de trânsito, abrigos de transportes colectivos, degraus, escadas, prumos, mecos, entre uma grande variedade de outros elementos.

Por barreiras móveis consideraram-se todas as tipologias de elementos que mudam indefinidamente de localização, apresentando um carácter temporário de implantação no território. Identificam-se, nestas situações, veículos estacionados em cima dos passeios, obstáculos comerciais a obstruir os canais de circulação dos peões ou esplanadas desordenadas que ocupam os passeios, dificultando, de igual forma, a livre circulação pedonal.



→ Figura 27: Metodologia para a caracterização do nível da acessibilidade.

As barreiras móveis apresentam-se como as mais complexas tendo em conta a constante variação da sua localização. Esta característica dificulta o reconhecimento por parte de pessoas portadoras de deficiência ou incapacidades na habitação ao percurso.



→ Figura 28: Planta de Barreiras do Plano Local (Centro Vila Franca de Xira).

5.1.3. Propostas de Intervenção

Com efeito, e considerando a metodologia adoptada para a identificação de barreiras, a fase final de desenvolvimento dos planos permite apresentar em cartografia as propostas de intervenção no espaço público, estando agrupadas em quatro tipologias distintas:

Tipo de Intervenção

-  Relocalização ou Remoção Simples de Barreiras
-  Intervenções Mistas
-  Pequena Obra de Adaptação Pontual
-  Desenho urbano (metros) - Reperfilamento de Vias
 -  Perfil-tipo 1 | =< 5,15
 -  Perfil-tipo 2 |] 5,15 ; 5,40]
 -  Perfil-tipo 3 |] 5,40 ; 8,40]
 -  Perfil-tipo 4 |] 8,40 ; 9,60]
 -  Perfil-tipo 5 | > 9,60
-  Cruzamentos, entroncamentos ou praças

→ Figura 31:
Tipos de Intervenção associados às barreiras em Espaço Público.

Proposta Intervenção	Barreira	Designação
		Bandeira
		Bola, Prumo ou Meco
		Caldeira de Árvore
		Cicloparque
		Estacionamento Abusivo no Passeio
		Floreira
		Gradeamento
		Gradeamento com Publicidade
		Iluminação de Festas e Romarias
		Obra ou Tapume
		Obstáculo Comercial
		Papeleira
		Placa Toponímica
		Poste com Floreira
		Sinal de Trânsito
		Abrigo de Transportes Públicos
		Contentor do Lixo
		Marco do Correio
		MUPI
		Quiosque
		Armário (EDP, Gás, ...)
		Árvore
		Boca-de-incêndio
		Cabina Telefónica
		Candeeiro de Iluminação Pública
		Degrau, Escada ou Rampa
		Parquímetro
		Passadeira (Ausência ou pintura degradada)
		Passadeira a Terminar em Estacionamento
		Passadeira Mal Dimensionada
		Pavimento Degradado
		Rebaixamento de Passeio
		Semáforo

→ Figura 32:
Legenda das plantas de Tipologias de Intervenção em Espaço Público.

a) Relocalização ou Remoção Simples de Barreiras

Entende-se como as acções em que as barreiras presentes no espaço público são removidas de forma simples, sem obra, usando os recursos existentes nas autarquias;

b) Intervenções Mistas

Considerou-se nesta classificação de intervenções no espaço público, os obstáculos que poderão ser englobados na categoria Relocalização ou Remoção Simples de Barreiras ou Pequena Obra de Adaptação Pontual, pela multiplicidade de tipologias existente. Por exemplo, a existência de contentores do lixo, que podem implicar uma pequena obra se falarmos de um molok ou, por outro lado, a simples relocalização/remoção se falarmos de um contentor convencional.

c) Pequena Obra de Adaptação Pontual

Entende-se como sendo a remoção de barreiras que, pela sua dimensão de implantação no espaço público, e/ou pela ligação a infra-estruturas de água, electricidade, gás ou telecomunicações, necessitam de pequenas empreitadas;

d) Desenho Urbano

A quarta tipologia de proposta apresentada – Desenho Urbano – aplica-se a dois problemas específicos, identificados no momento de levantamento do estado da acessibilidade no espaço público:

- Extensões significativas de ausência de passeio;
- Passeios sub-dimensionados.

Trata-se de um tipo de intervenção que implica o desenho dos arruamentos, dados os dois factores acima descritos. Como tal, as propostas elencadas desdobram-se em cinco modelos de perfis definidos com base nos parâmetros de largura dos arruamentos, apoiados num dossier de Perfis Tipo.

Estrada Nacional



→ Figura 34:
Proposta Tipo para adaptação de arruamentos do Plano Local (Centro de Vila Franca de Xira).

Travessa Frageteira, Freguesia de Alhandra



→ Figura 35:
Proposta Tipo para adaptação de arruamentos do Plano Municipal (Freguesias de Alhandra).

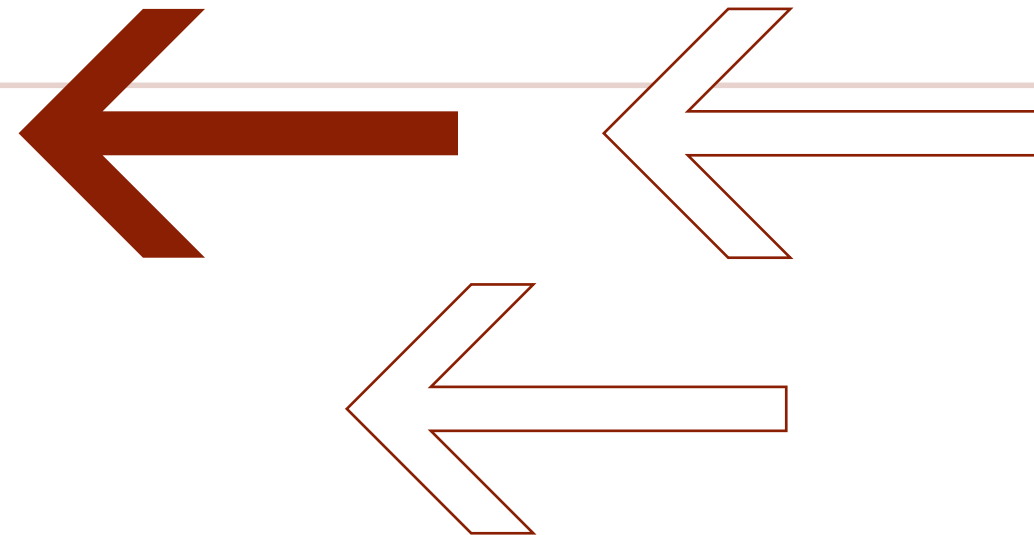
Rua do Cemitério, Freguesia de Castanheira do Ribatejo



Rua Manuel Joaquim dos Reis, Freguesia de Sobralinho



→ Figura 36:
Propostas Tipo para adaptação de arruamentos do Plano Municipal (Castanheira do Ribatejo e Sobralinho).



5.2. Edificado

Áreas de Intervenção

Reorganizar, esboçar e projectar espaços é garantir continuidades, é incluir crianças, grávidas, mães com carrinhos de bebé, deficientes de cadeira de rodas, invisuais, idosos e pessoas temporariamente incapacitadas. Estas pessoas representam cerca de 60% da população total (Secretariado Nacional de Reabilitação, 1994), tornando-se essencial fomentar a mobilidade integrada.

A acessibilidade nos edifícios e equipamentos que todos utilizamos é, portanto, uma condição essencial para o uso do espaço urbano e da cidade. O acto de liberdade que está implícito no desenho da cidade e no âmbito deste projecto deve estar presente no edificado, nas suas soluções e funcionalidades. Outorgando o princípio de que a arquitectura deve servir a população e ser funcional, o construído revela-se uma peça fundamental na criação de uma cidade acessível a Tod@s e sem limites de mobilidade.

Neste contexto, verificando as diversas escalas entre os indivíduos e as formas construídas, é iminente analisar e diagnosticar os problemas inerentes aos edifícios, designadamente os de utilização pública. Assim, os edifícios que representam serviços importantes no contexto do município, espaços de excelência para a vida municipal, com utilização pública e com serviços aos munícipes, deverão contemplar, com rigor, as actuais condições de acessibilidade.

A metodologia utilizada baseou-se na análise de campo efectuada a todos os equipamentos, utilizando fichas descritivas de apoio, notas complementares, fotos, vídeos, entre outros, de modo a permitir posteriormente o estudo mais detalhado em gabinete.

Edifícios públicos solicitados para análise pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira:

PLANO LOCAL

- Atendimento SMAS;
- Biblioteca Municipal;
- Bombeiros Voluntários;
- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;
- Casa da Juventude;
- Casa Museu Mário Coelho;
- Centro de Emprego de Vila Franca de Xira;
- Centro de Saúde;
- DPGQU Norte – Departamento de Planeamento Gestão e Qualificação Urbana do Norte;
- DPGQU Sul – Departamento de Planeamento Gestão e Qualificação Urbana do Sul;
- Edifício Dr. Manuel de Arriaga;
- Edifício DHSAS – Departamento Habitando, Saúde e Acção Social;
- Estação de Comboios;
- Finanças;
- Hospital de Vila Franca de Xira;
- Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira;
- Núcleo museológico Arte Sacra da Igreja do Mártir Santo São Sebastião;
- Museu de neo-realismo;
- Museu Municipal;
- Pátio da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;
- Comando da PSP;

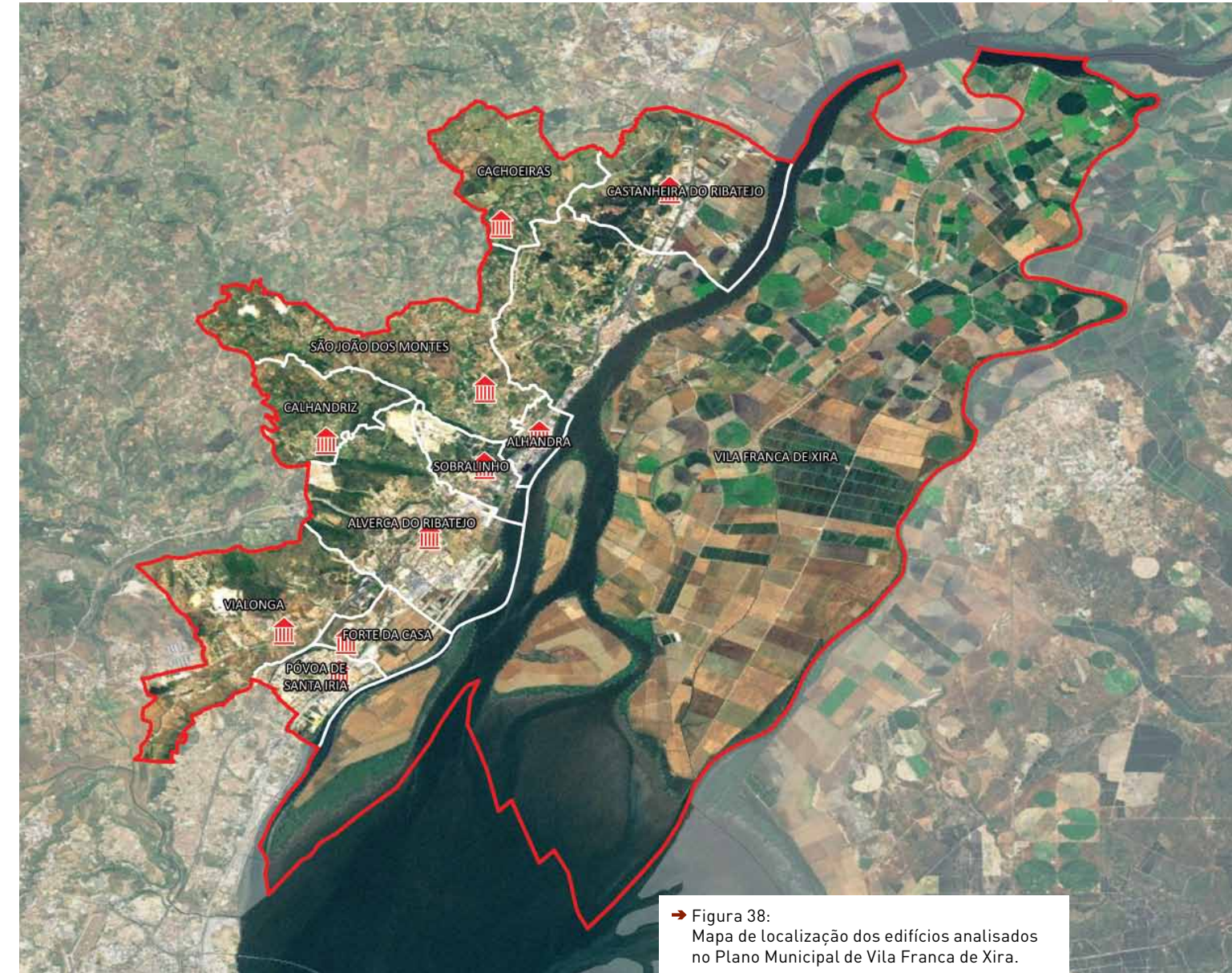


→ Figura 37:
Mapa de localização dos edifícios analisados no Plano Local de Vila Franca de Xira.

- Quinta da Mina;
- Segurança Social;
- Tribunal 1º Juízo Cível de Vila Franca de Xira;
- Tribunal de Família, Menores e Comarca de Vila Franca de Xira;
- Tribunal do Trabalho;
- Varandas da Lezírias.

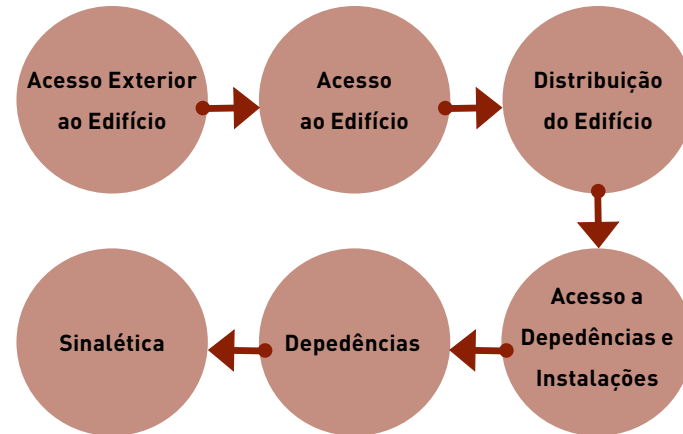
PLANO MUNICIPAL

- Delegação Câmara Municipal (Póvoa de Santa Iria);
- Delegação Câmara Municipal (Alverca);
- GNR de Castanheira;
- GNR de Vialonga;
- Junta de Freguesia de Alhandra;
- Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo;
- Junta de Freguesia de Castanheira do Ribatejo;
- Junta de Freguesia de Forte da Casa;
- Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria;
- Junta de Freguesia de São João dos Montes;
- Junta de Freguesia de Sobralinho;
- Junta de Freguesia de Vialonga;
- Ninho de Empresas de Vialonga;
- PSP de Alverca;
- Biblioteca de Alverca do Ribatejo;
- Biblioteca de Castanheira do Ribatejo;
- Biblioteca de Forte da Casa;
- Biblioteca de Póvoa de Santa Iria;
- Museu de Alhandra;
- Museu de Alverca;
- Centro de formação de Alverca;
- Centro de Saúde de Alhandra;
- Centro de Saúde de Alverca do Ribatejo;
- Centro de Saúde de Castanheira do Ribatejo;
- Centro de Saúde de Póvoa de Santa Iria;
- Casa da Juventude de Alverca;
- Casa da Juventude de Forte da Casa;
- Casa da Juventude de Póvoa de Santa Iria;
- Casa da Juventude de Vialonga;
- Casa da Juventude de Sobralinho;
- Centro Comunitário de Alverca;
- Centro Comunitário de Povos;
- Gabinete Local de acção social de Castanheira do Ribatejo;
- Gabinete Local de acção social de Póvoa de Santa Iria;
- Bombeiros Voluntários de Alhandra;
- Bombeiros Voluntários de Alverca do Ribatejo;
- Bombeiros Voluntários de Vialonga.



→ Figura 38:
Mapa de localização dos edifícios analisados
no Plano Municipal de Vila Franca de Xira.

Cada edifício é desenvolvido em seis níveis de análise. Estes níveis permitem um estudo mais detalhado e específico de cada edifício.



→ Figura 39: Esquema da metodologia de análise do Edificado.

O relatório de análise do edificado é composto por três colunas que integram o levantamento fotográfico, o Diagnóstico e as Orientações de Resolução seguido de um quadro síntese onde são identificadas as principais barreiras desse mesmo edifício. Os vários pontos deste quadro remetem para um capítulo de Orientações Técnicas, onde são descritos todos os pontos necessários para a resolução das barreiras, apoiados por desenhos técnicos esclarecedores, com as respectivas dimensões, inclinações, design e suas localizações.

Em última análise são realizadas fichas síntese com o intuito de orientar as correcções a efectuar, estas são de primeira e segunda Prioridade onde especificam as principais barreiras a intervir para permitir ao edifício uma abordagem mais significativa de Acessibilidade. As fichas síntese de primeira prioridade são por exemplo, a criação de lugares de estacionamento dirigidos a pessoas com mobilidade reduzida devidamente sinalizados e dimensionados, a largura regulamentar das

principais portas exteriores e interiores, garantir o acesso à principais dependências, sejam elas ao nível do primeiro piso ou nos restantes, criação de Instalações Sanitárias dirigidas a pessoas com mobilidade reduzida. Por sua vez, as de segunda prioridade dizem respeito à substituição das portas interiores para 77 cm de largura mínima, a correcção de guardas ou corrimãos em escadas e/ou rampas, a criação de percursos com pavimentos texturados para invisuais entre outros.

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício	Proposta de Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
	<p>Identificação Designação: Junta de Freguesia de São João dos Montes Localização: Rua São João Batista, São João dos Montes</p> <p>Descrição, Função ou Uso do Edifício: A Junta de Freguesia tem responsabilidades na organização e funcionamento dos seus serviços, gestão corrente, planeamento da gestão financeira, no ordenamento do território e urbanismo, manutenção e gestão dos equipamentos e representar os seus habitantes.</p> <p>Acesso exterior ao edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - O espaço exterior público envolvente ao edifício em estudo tem os acessos pavimentados com um material irregular. Não existem passeios. - O espaço exterior envolvente é desnivelado, composto por escadas, não regulamentares devido às suas dimensões. - Existe estacionamento dirigido a pessoas com mobilidade reduzida, no entanto não está regulamentar devido à falta da demarcação do lugar de estacionamento, bem como a falta da sinalização horizontal e da faixa lateral. 	<p>Propõe-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O pavimento deve ser corrigido para que a sua utilização seja feita de uma forma confortável e sem barreiras. - Devem ser previstos canais de circulação pedonal devem ser organizados de forma a terem um corredor com 1,2m livres de obstáculos e tudo o que corresponde a infra-estruturas e outros equipamentos (mobiliário urbano) devem estar localizados noutra corredor contíguo a este e sem se constituir como barreira. - Deve ser prevista uma solução para vencer diferenças de pisos e permitir assim a sua utilização por pessoas com mobilidade reduzida através por exemplo de elevadores ou plataformas elevatórias. - O lugar de estacionamento exclusivo para pessoas com mobilidade reduzida deve ter as seguintes dimensões: 2,50x5,00x (1,00m lateral). O piso deverá estar demarcado com cor contrastante e o sinal horizontal com símbolo internacional deverá ser inscrito no pavimento bem como o respectivo sinal vertical. - O mobiliário urbano deve estar direccionado para um design inclusivo.
	<p>Acesso ao edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - O acesso à entrada principal é feito por uma rampa metálica, não regulamentar. Esta tem 1,35m de largura tem corrimão com 0,65m de altura e inclinação de 15% aproximadamente. - A porta de entrada é constituída por duas folhas com largura total de 1,28m e encontram-se sempre abertas, regulamentar. - Não tem soleira, somente uma pequena ranhura. - O puxador da porta de entrada não é o mais aconselhado, pois dificulta o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. 	<p>Propõe-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As rampas de acesso deverão ter uma inclinação máxima entre os 6% e os 12% (dependendo do seu comprimento) com duplo corrimão com elemento préensil a 75cm e 90cm. - As rampas devem apresentar faixas de aproximação de textura e cor contrastantes, no início e fim de cada lança, devem ainda ostentar um pavimento regular e antiderrapante. - Os puxadores/fechaduras/trincos devem ter resistência mínima, forma fácil de agarrar com uma mão, não requerer pressão firme ou rotação do pulso e devem ser em forma de alavanca e não de maçaneta. Devem ainda estar situados entre 0,8m e 1,1m e a mais de 0,05m do bordo exterior da porta. - A iluminação deve estar garantida nos principais pontos deste espaço.

→ Figura 40: Exemplo de um relatório de Propostas da Junta de Freguesia de São João dos Montes (1/3).



Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício	Proposta de Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Este edifício distribui-se num só piso e existe um desnível no pavimento. Este desnível tem 0,14m de altura. - Existe um corredor com 0,90m de largura e com uma extensão de 2,75m, não regulamentar. 	<p>Propõe-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A eliminação e/ou rectificação de todas as soleiras/degraus superiores a 0,02m e sejam o único acesso à entrada. - Os espaços de estar e canais de circulação têm de ter um vão mínimo de 1,20m, não só para executar manobras mas também para o cruzamento de pessoas.
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem portas interiores com largura inferior à largura mínima regulamentar. - O design dos puxadores das portas está direccionado para um design inclusivo, permitindo o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. 	<p>Propõe-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A substituição e correcção de todas as portas, assegurando um vão mínimo de abertura de 0,77m, mínimo legal.
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Por vezes a disposição do mobiliário dificulta as passagens e espaço para manobra. - Não existe Instalação Sanitária dirigida a pessoas com Mobilidade Reduzida, e as existentes não têm espaço para adaptação e colocação dos respectivos equipamentos. - Os balcão de atendimento, situado no átrio de entrada, tem altura regulamentar, no entanto o balcão de atendimento da tesouraria já tem 0,93m de altura e não tem rebaixo, não regulamentar. 	<p>Propõe-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - É importante a organização das várias dependências ao nível do espaço de manobra para possibilitar uma circulação mais fluida. - A Instalação Sanitária dirigida a pessoas com mobilidade reduzida deve ser devidamente equipada com os respectivos adereços e bem dimensionada, segundo a legislação. - As zonas de atendimento têm que ter uma zona livre para aproximação frontal ou lateral e o balcão terá de ser rebaixado (0,75m a 0,85m) e com uma extensão não inferior a 0,8m para poder ser utilizado por pessoas com mobilidade reduzida. - Os pavimentos de todo o edifício devem ser estáveis, não se deslocando quando sujeitos a acção mecânica. - Devem ser previstos lugares especialmente destinados a pessoas com mobilidade reduzida distribuídos por vários pontos da sala e devem estar devidamente dimensionados, conforme a secção 3.6. do regulamento.

→ Figura 41: Exemplo de um relatório de Propostas da Junta de Freguesia de São João dos Montes (2/3).

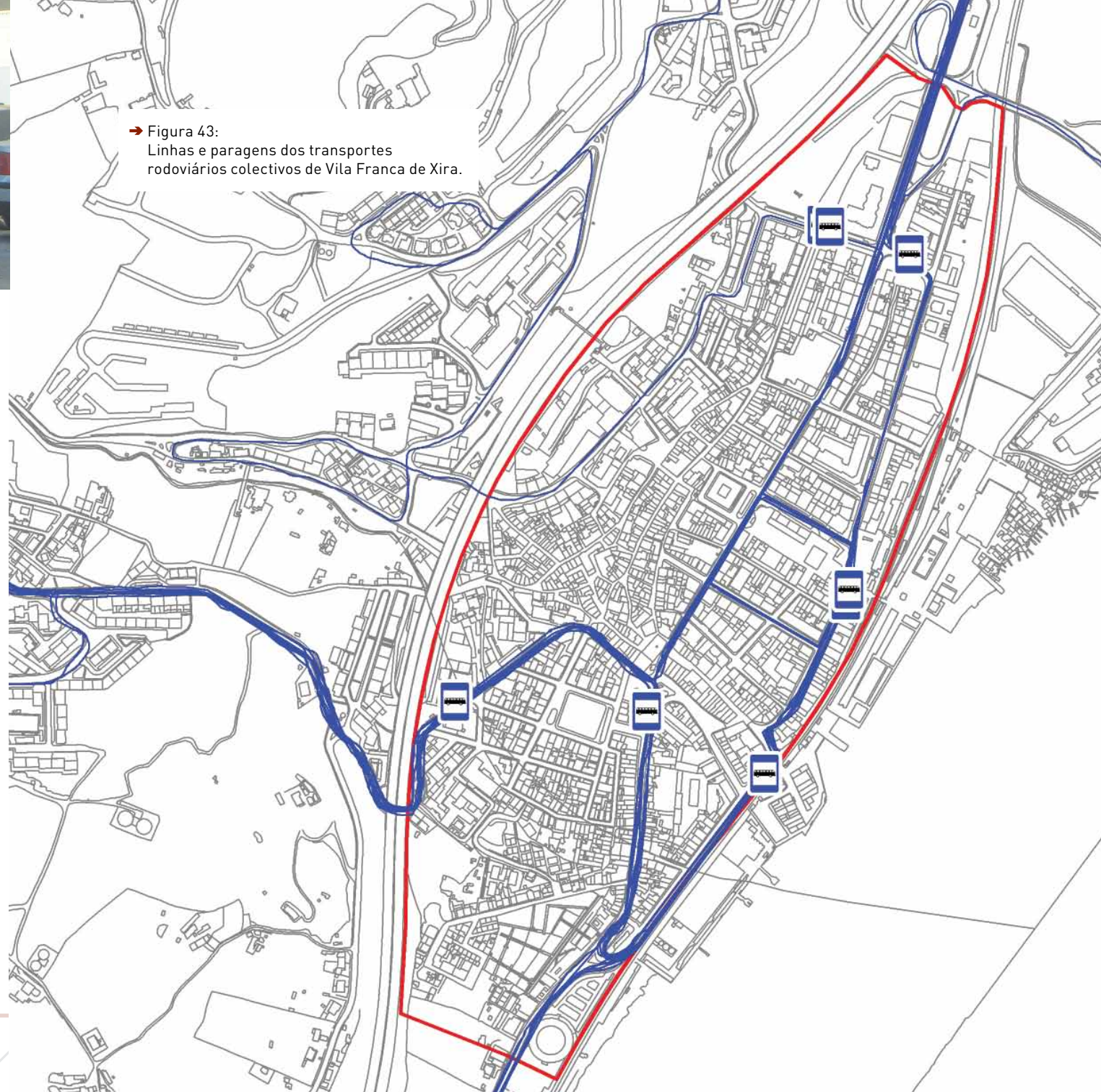
Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício	Proposta de Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta uma localização e dimensionamento não recomendados. - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). 	<p>Propõe-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas de informação, altura, dimensionamento, localização, contraste, Braille e dispositivo luminoso.

Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas:	Remissão para a Orientação Técnica
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relocalização do Mobiliário Urbano para Acesso Exterior Acessível 	Ponto 3.2.4. Espaço Exterior Privado: Elementos Urbanos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de Percurso Acessível 	Ponto 3.2.4. Espaço Exterior Privado: Percurso acessível
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localização e Dimensionamento de lugares de estacionamento destinados a Pessoas com Mobilidade Reduzida 	Ponto 3.2.1.5. Estacionamento
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acessos às entradas (rampas e escadas ou degraus isolados) 	Pontos 3.2.1.1., 3.2.1.3. e 3.2.1.4. Soleiras/Degraus, Escadas e Rampas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Soleiras de entrada 	Ponto 3.2.1.1. Soleiras/Degraus
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Distribuição: dimensões dos acessos horizontais 	Ponto 3.2.2.3. Acessos Horizontais
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dimensionamento e adaptação de Instalações Sanitárias destinadas a Pessoas com Mobilidade Reduzida 	Ponto 3.2.3.2. Instalações Sanitárias
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dimensionamento de Portas 	Ponto 3.2.2.2. Portas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Área de atendimento: dimensionamento do balcão de atendimento 	Ponto 3.2.3.1. Áreas de Atendimento
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localização e Dimensionamento de Sinalética 	Ponto 3.2.3.4 Sinalética

→ Figura 42: Exemplo de um relatório de Propostas da Junta de Freguesia de São João dos Montes (3/3).



→ Figura 43:
Linhas e paragens dos transportes
rodoviários colectivos de Vila Franca de Xira.



5.3. Transportes

A acessibilidade de um município deve contemplar não só o espaço público e o edificado, mas também as redes de transporte que permitem aos cidadãos, deslocações dentro do espaço funcional definido.

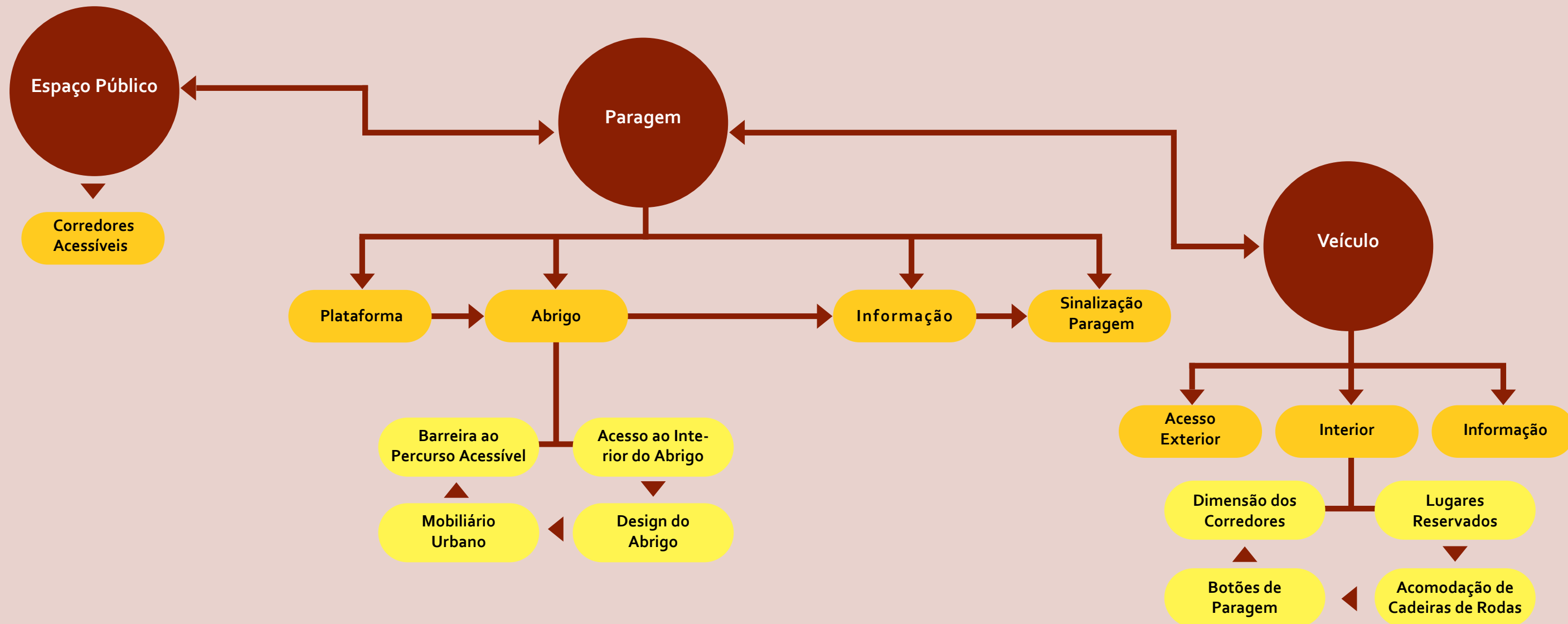
Os transportes colectivos têm um efeito de inclusão social, se permitirem o acesso de todos, independentemente das suas capacidades. Permitir o acesso, quer aos veículos de transporte, quer aos locais de paragem, resulta na criação de uma maior independência para as pessoas com mobilidade condicionada construindo-se, deste modo, uma cidade mais democrática, livre e segura. Deste modo, e pela abrangência das áreas em estudo no Município de Vila Franca de Xira, optou-se pelo estudo do Transporte Rodoviário Colectivo.

A análise do estudo dos Transportes irá operacionalizar-se em dois níveis distintos:

- 1) Análise dos veículos de transporte rodoviário (frota de autocarros utilizados pelos diferentes operadores, definindo linhas acessíveis ou inacessíveis;
- 2) Análise das infra-estruturas de apoio ao meio de transporte (paragens de autocarro, centrais de camionagem, no caso dos transportes rodoviários).

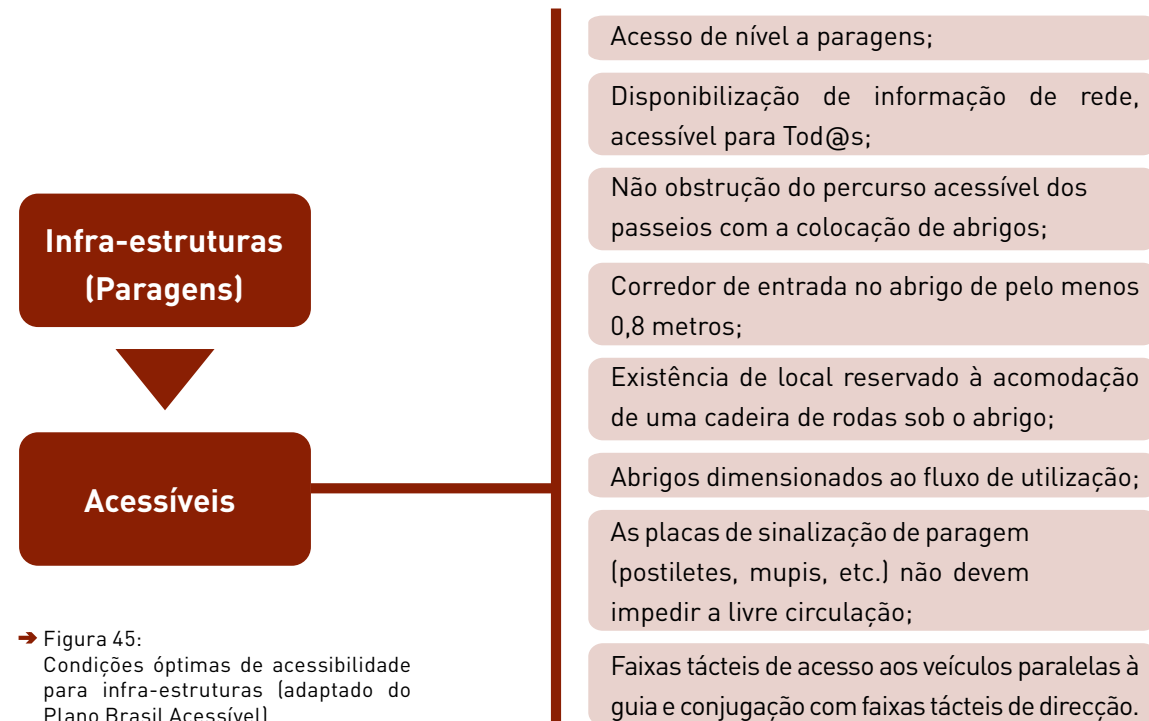
Apresenta-se, no esquema em baixo, a metodologia de análise utilizada para efectuar o diagnóstico das condições de acessibilidade do sistema de transportes.

→ Figura 44:
Etapas das viagens em transporte colectivo.



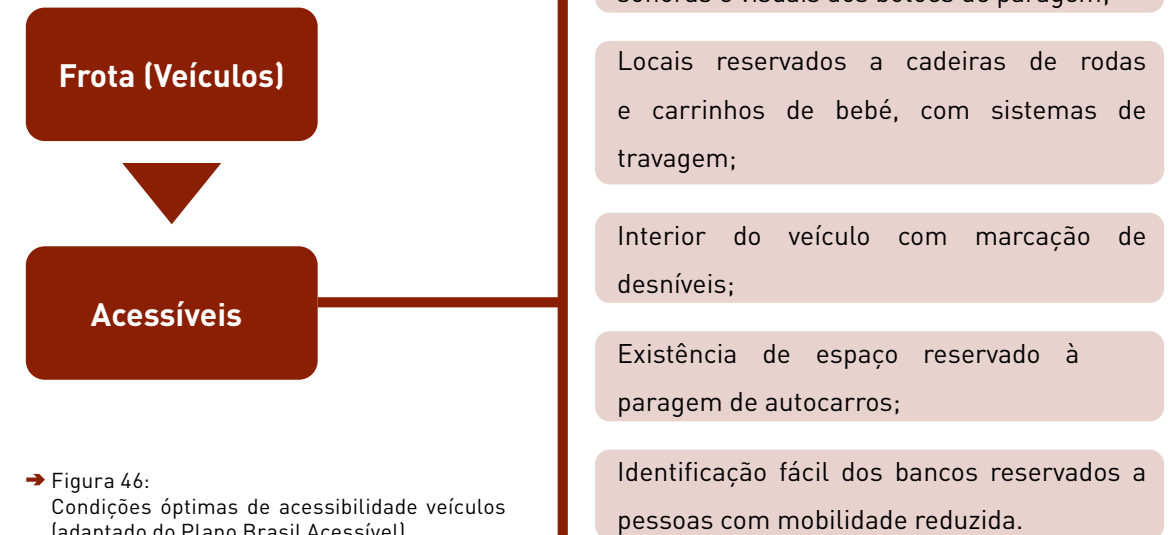
Este estudo permite diagnosticar a acessibilidade dos veículos, bem como a acessibilidade de paragens, para que se possam estabelecer percursos acessíveis em transporte colectivo, tanto as infra-estruturas como os veículos têm de ser completamente acessíveis.

De facto, se considerarmos as múltiplas etapas de uma viagem, verificamos que as barreiras ao uso independente do transporte público podem aumentar consideravelmente, deixando de ser apenas um problema do veículo. Independentemente das capacidades físicas e/ou sensoriais do passageiro, a realização de uma viagem segue sempre um número de passos fixos (Figura 44).



→ Figura 45: Condições óptimas de acessibilidade para infra-estruturas (adaptado do Plano Brasil Acessível).

Os sistemas de transporte colectivo são considerados acessíveis, quando todos os seus elementos são concebidos, organizados, implantados e adaptados tendo em conta o conceito do design universal. Estas condições só estarão reunidas quando forem garantidos o seu uso pleno, autónomo e seguro dos transportes por Tod@s. As figuras 45 e 46 ilustram a listagem de parâmetros utilizados na classificação de infra-estruturas e veículos.

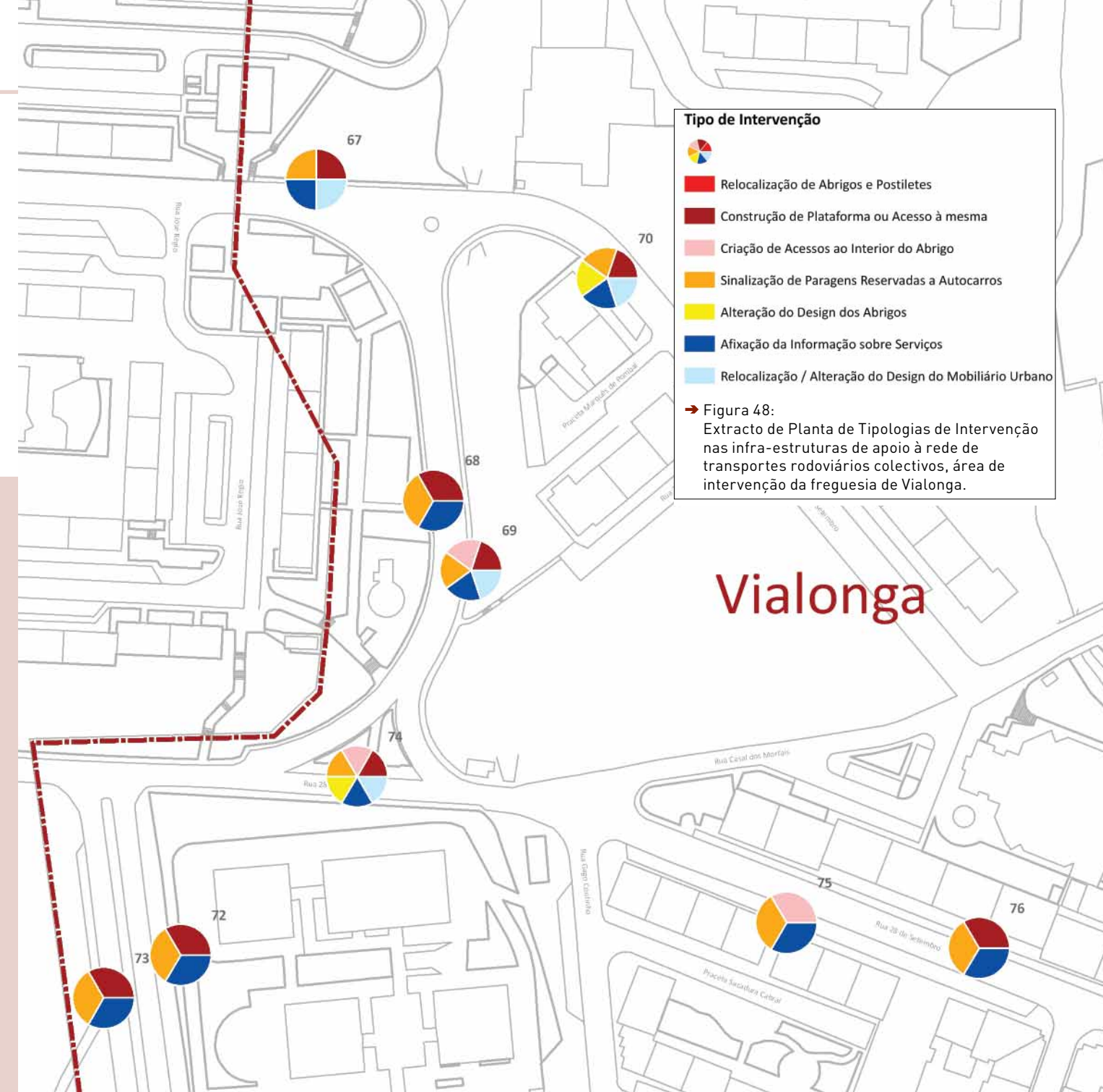


→ Figura 46: Condições óptimas de acessibilidade veículos (adaptado do Plano Brasil Acessível).

A procura das condições óptimas de acessibilidade ao nível dos transportes, como referido, contempla veículos e infra-estruturas de apoio. No que diz respeito às paragens, é analisada a sua localização, a forma de sinalização (abrigo, postilete, sinal de trânsito – Tipologia H20a – Paragem de veículos de transporte colectivo de passageiros), entre outros parâmetros já identificados anteriormente. Na análise das tipologias de problemas dos veículos que operam no município, é verificado o acesso ao interior do veículo, corredores, lugares reservados, informação, apoios e botões de paragem. No caso dos veículos é feita uma ficha com as orientações a efectuar, composto por três colunas que integram o registo fotográfico, o diagnóstico e as orientações de correcção e vários exemplos de Boas práticas (figura 47). Esta análise permite o delineamento de orientações estratégicas, visíveis em extracto na figura 48, em que são identificadas as tipologias de intervenção para as infra-estruturas inacessíveis.

→ Figura 47: Exemplo de Ficha de Orientação para resolução dos problemas de acessibilidade aos veículos a operar na Rede de Transportes Rodoviários Colectivos de Vila Franca de Xira.

TIPOLOGIA DE PROBLEMAS	ORIENTAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO A EFECTUAR	BONS EXEMPLOS
<p>Acesso Exterior</p> 	<p>As entradas e saídas são os primeiros focos de estudo quando se analisa a acessibilidade de veículos. Os acessos são fundamentais para que se possa permitir o uso autónomo do transporte colectivo. A análise efectuada aos transportes presentes na área de estudo, operadora Boa Viagem e a Rodoviária de Lisboa não nos permitiu auferir a informação necessária para a caracterização dos transportes utilizados nas Linhas Interurbanas. Contudo, é frequente este tipo de transporte apresentar grandes debilidades nomeadamente nos acessos, efectuados recorrendo a degraus.</p> <p>As soluções para este problema consistem, sempre que possível, na adaptação dos veículos e/ou pela renovação gradual das frotas, incluindo autocarros de pisos rebaixados e a utilização de rampas operadas manual ou automaticamente.</p> <p>Este tipo de soluções permite, em conjugação com criação de plataformas nas paragens, o acesso mais facilitado às pessoas com mobilidade condicionada.</p> <p>Dado o avultado investimento monetário que as alterações implicam para as operadoras, seria importante criar com estas empresas um compromisso de utilização dos novos veículos a linhas exclusivas. A exclusividade de utilização (que poderia estar afectada às linhas que movimentam maior número de utentes, ou que servem os principais equipamentos) garantiria aos utentes a presença de veículos com acessos facilitados, eliminando a aleatoriedade que, normalmente, está presente na distribuição dos veículos pelas linhas.</p>	 <p>1. e 2. Pisos rebaixados em autocarros; 3., 4., 5., 6. e 7. Rampas de acesso ao veículo; 8. Plataforma elevatória para acesso ao veículo</p>





5.4. Comunicação

É comum associar a problemática da deficiência à criação de rampas e em geral às limitações relacionadas com a cadeira de rodas (Wagner, 1992). Porém hoje em dia a falta de acesso à informação pode ser ainda mais limitadora do exercício pleno da cidadania; e à medida que se progride na qualidade e diversidade de equipamentos e sobretudo na quantidade de serviços que dependem das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), maior se torna o fosso entre as pessoas que têm e as que não têm acesso à informação.

Este estudo refere-se à análise da acessibilidade à informação em documentos impressos da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Nesta etapa do trabalho pretendemos diagnosticar de forma global estes documentos para posteriormente sugerir medidas no sentido de tornar a informação prestada por estes meios “mais acessível” ou seja, tornar a informação que é transmitida mais clara e directa para Tod@s.



→ Figura 49:
Exemplo de imagem de folheto analisado.

Foram consideradas diversas categorias de documentos, procurando abranger uma diversidade razoável de situações, que possam servir de referência para a criação de outros documentos futuros.

Para além dos documentos impressos, assim designados por serem distribuídos nesse suporte, entendemos também abarcar informação disponibilizada na página Web da Câmara Municipal para ser descarregada, sendo impressa pelos próprios utilizadores/ cidadãos. Considerou-se como padrão a impressão em formato A4 a cores – quando existam no original – seja quando impressa directamente a partir da página Web ou quando descarregada em formato “PDF” e impressa posteriormente.

A análise foi dividida em duas partes:

- A primeira, relativa à observação geral da identificação do município e do modo como este se apresenta em vários suportes;
- A segunda, referente à análise dos documentos impressos, designadamente folhetos promocionais, publicações periódicas, agenda, papel de carta, impressões disponibilizadas pelo sítio do município de Vila Franca de Xira, cartões-de-visita, entre outros elementos.

Para sustentar a análise dos documentos, foi criada uma “lista de verificação” com base científica no Royal Institute for the Blind e no Trace Center (Wisconsin University, EUA), que considera, sobretudo, os requisitos de pessoas com baixa visão.

Entendemos que a identificação do emissor/ promotor é essencial para que um cidadão possa obter informação adicional. Assim, incluímos neste estudo uma breve apreciação sobre o modo como a Câmara Municipal é identificada – seu nome, logótipo e contactos - e uma observação da coerência da comunicação da sua identidade entre os vários suportes/documentos.



→ Figura 50:
Logótipo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Em jeito de conclusão e considerando que este trabalho integra objectivos de acessibilidade associada à mobilidade dos cidadãos, observámos a forma como é prestada a informação sobre transportes públicos a partir do site da CM ou, se for o caso, em algum dos documentos impressos fornecidos.

Para a análise de acessibilidade aos documentos impressos utilizaram-se os 21 critérios identificados na figura seguinte, tendo sido contabilizados os resultados obtidos para cada um dos documentos.

Esta lista de critérios de apreciação da acessibilidade à informação impressa tem como descritor, no final, uma avaliação da percentagem de itens (de entre os aplicáveis em cada caso) que satisfazem os requisitos de acessibilidade à informação impressa. Esta quantificação permite uma rápida avaliação de cada um e do conjunto dos documentos. Por outro lado, poderá contribuir para avaliar a evolução do design dos mesmos documentos ou prever as consequências de determinada solução para a acessibilidade à informação, antes mesmo de se produzirem novos documentos.

→ Figura 51:
Critérios de acessibilidade utilizados para a análise dos elementos de comunicação.

1. Uso de tipografia simples e clara
2. Tamanho da fonte do texto principal 12 a 14
3. Texto alinhado à esquerda
4. Texto principal na horizontal
5. As palavras não estão espalhadas nas linhas
6. Não tem frases grandes com maiúsculas
7. Não usa itálicos
8. Não usa sublinhados
9. Espaçamento entre linhas
10. Espaçamento entre parágrafos
11. Espaço suficiente entre colunas
12. Informação relevante não depende de diagramas ou cor
13. Bom contraste entre texto e fundo
14. Não tem texto colocado sobre uma imagem ou textura
15. Papel ou revestimento não brilhante
16. Espaço suficiente para preenchimento à mão
17. Itens bem identificados para preenchimento
18. Contactos evidenciados para informação – telefone
19. Contactos evidenciados para informação – Pag. web
20. Emissor(es) bem identificado(s)
21. Emissor / contactos em braille

→ Figura 52: Exemplo da tabela da análise segundo os critérios da "lista de verificação" - Boletim Informativo (Saber/Lazer).

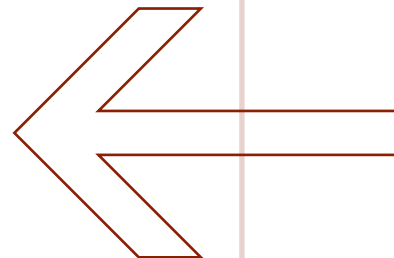
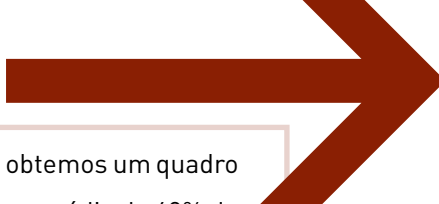


Tipo de documento:	Publicação periódica	Doc n.º 6		
Identificação/Título:	Boletim Informativo (Saber/Lazer)			
Descrição:	dimensões A4 - 1 página dobrada - côr			
		Sim	Não	N/A
	Uso de tipografia simples e clara	1		
	Tamanho da fonte do texto principal 12 a 14		1	
	Texto alinhado à esquerda		1	
	Texto principal na horizontal	1		
	As palavras não estão espalhadas nas linhas	1		
	Não tem frases grandes com maiúsculas	1		
	Não usa itálicos	1		
	Não usa sublinhados	1		
	Espaçamento entre linhas	1		
	Espaçamento entre parágrafos		1	
	Espaço suficiente entre colunas		1	
	Informação relevante não depende de diagramas	1		
	Bom contraste entre texto e fundo	1		
	Não tem texto colocado sobre uma imagem		1	
	Papel ou revestimento não brilhante	1		
	Espaço suficiente para preenchimento à mão			1
	Ítems bem identificados para preenchimento			1
	Contactos evidenciados p/ informação - telefone	1		
	Contactos evidenciados p/ informação - pág. web	1		
	Emissor (s) bem identificado (s)	1		
	Emissor / contactos em braille		1	
	Total	13	6	2
	% relativamente aos itens aplicáveis	68%	32%	
Observações:	A análise incide sobretudo nas páginas 10 e 11 da área "Saber".			

Após o diagnóstico dos documentos analisados, reunimos todos os resultados e obtemos um quadro que resume as percentagens de acessibilidade dos documentos. Verificou-se uma média de 69% de respostas positivas nos itens aplicáveis.

Docs.	nº / % de itens aplicáveis positivos	nº / % de itens aplicáveis negativos
1	11 / 65%	6 / 35%
2	15 / 83%	3 / 17%
3	13 / 76%	5 / 29%
4	13 / 68%	6 / 32%
5	9 / 47%	10 / 53%
6	11 / 58%	8 / 42%
7	14 / 78%	4 / 22%
8	11 / 69%	5 / 31%
9	13 / 81%	3 / 19%
TOTAL	69%	31%

→ Figura 53: Exemplos de quadro de resumo da análise dos documentos.



Tal como a lista de critérios de análise, também estas sugestões não têm a pretensão de transformar cada impresso num “manifesto de acessibilidade” mas ilustrar duas ideias fundamentais:

- A adopção de algumas medidas são de fácil implementação, sobretudo sendo incorporadas no processo de concepção dos documentos; por outro lado, também se irá observar que os resultados de poucas intervenções se podem tornar bem evidentes. Note-se que estas medidas não implicam a redução da amplitude de soluções deixada à criatividade dos designers encarregues de conceber os impressos, mas ainda inscrever no seu programa algumas das alíneas que garantem o acesso àquela informação ou a “mais informação”.
- Este tipo de intervenção beneficia todas as pessoas e não um público – alvo conotado com a deficiência ou incapacidades diversas - preconceito que desde logo serve de justificação para relativizar a importância destas medidas, pelo alegado “baixo número” de destinatários. Não existiu a pretensão de que toda a informação contida em cada impresso possa ser lida por todas as pessoas mas defendemos que, aquelas que não conseguem ler ou não entendem o que lêem no impresso, possam nele encontrar alguma referência para obterem mais informação, seja um número de telefone ou uma referência a um sítio na internet - canais que porventura se adequem melhor às suas necessidades.

Desta metodologia resulta o apuramento da (nova) percentagem de pontos positivos que esse documento poderia obter em potencial, caso estivesse em conformidade com aqueles itens.

Numa parte final deste trabalho, são fornecidas algumas orientações práticas que, sendo aplicadas, poderão aumentar o número de cidadãos que, efectivamente, têm acesso à informação. São considerações fornecidas tendo em conta algumas das mais prestigiadas instituições europeias e americanas no domínio da acessibilidade a pessoas com deficiência visual.

Em geral, e para o conjunto dos documentos, a acessibilidade depende sobretudo de uma grande coerência e consistência no design e na programação dos canais de comunicação com os destinatários. Normalmente os profissionais que trabalham com as Câmaras Municipais estão bem preparados, se os resultados não são os melhores, porventura, podem precisar de ser sensibilizados e estimulados por uma política abrangente, em matéria de acessibilidade.



→ Figura 54: Exemplo de uma Proposta de Intervenção para acessibilidade em impressos.



5.5. Infoacessibilidade

A acessibilidade inclui também acesso sem barreiras à informação e esta encontra-se hoje, mais do que nunca, disponível na World Wide Web.

A acessibilidade não se resume apenas a um melhor acesso a uma vasta gama de produtos ou serviços, significa, também, a inclusão e extensão do uso destes mesmos produtos, serviços ou meios de comunicação a todas as pessoas.

Presentemente, tem sido registado um enorme avanço relativamente a acessibilidade na internet, com a progressiva adopção das directrizes de acessibilidade a conteúdos Web do World Wide Web Consortium (W3C). Este é um consórcio internacional de empresas e organizações dedicadas às tecnologias de informação e comunicação, que tem como objectivo levar a Web ao seu potencial máximo, por meio de desenvolvimentos de protocolos comuns e directrizes que promovam a sua evolução.



→ Figura 55:
Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira.

A abordagem efectuada na análise da infoacessibilidade está dividida em duas partes:

- a) Avaliação efectuada aos postos internet indicados pelo município;
- b) Avaliação dos sítios Web, e verificação do cumprimento das directrizes do W3C.

A acessibilidade digital inclui a avaliação dos produtos de apoio para acesso à informação e às tecnologias disponíveis, bem como a acessibilidade de aplicações informáticas específicas e de conteúdos digitais.

O resultado desta avaliação aos espaços internet será convertido numa tabela que apresentará, para cada equipamento analisado, na escala de um a cinco, a avaliação a cada um dos pontos mencionados anteriormente.

Importância Relativa	● ● ● ○ ○
Acessibilidade Digital	● ● ● ○ ○
Capacitação dos Monitores	● ● ○ ○ ○
Necessidade de Apoio Externo	● ● ○ ○ ○

→ Figura 56:
Exemplo da avaliação global de Espaço Internet da Biblioteca Municipal, Alverca do Ribatejo.

A lista das directrizes de acessibilidade do W3C de pontos de verificação pode ser utilizada para verificar o grau de acessibilidade de uma página ou sitio Web.

Relativamente à lista de pontos de verificação, encontra-se dividida em 14 tipos diferentes, podendo ser utilizada para verificar o grau de acessibilidade de uma página ou sitio web.

A representação dos resultados intermédios encontra-se discriminada em tabela onde consta cada um dos pontos de verificação e, para cada ponto, assinalou-se se esse mesmo ponto é cumprido (Sim), se não é cumprido (Não) ou se não é aplicável (N.A). Na tabela, por uma questão de síntese, assinalou-se o número identificativo de cada directiva e uma pequena explicação para facilitar a sua compreensão.

O resultado da aplicação destas regras resultará na avaliação do sitio web em um de três níveis de conformidade consoante se satisfaçam os pontos de verificação de cada prioridade acima referida:

- a) **Nível de conformidade “A”:**
foram satisfeitos todos os pontos de verificação de prioridade 1;
- b) **Nível de conformidade “AA”:**
foram satisfeitos todos os pontos de verificação de prioridades 1 e 2;
- c) **Nível de conformidade “AAA”:**
foram satisfeitos todos os pontos de verificação de prioridades 1, 2 e 3.

Os resultados globais da avaliação automática com ferramenta HERA apresentam-se como podemos exemplificar na tabela seguinte:

Prioridade	Verificar	Bem	Mal	N/A
 P1 HERA WCAG 1.0	11 🔍	--	2 ✖	4 ✔
 P2 HERA WCAG 1.0	17 🔍	--	11 ✖	1 ✔
 P3 HERA WCAG 1.0	13 🔍	1 ✔	4 ✖	1 ✔

→ Figura 57:
Exemplo de tabela de avaliação automática.

Os níveis de acessibilidade do W3C desejados são:

- a) Ferramentas de edição e produção de conteúdos
- b) Ferramentas de Avaliação de Acessibilidade
- c) Técnicas de Avaliação Manual
- d) Avaliação de contraste
- e) Avaliação com utilizadores
- f) Legendagem de vídeos
- g) Sites de referencia Nacionais
- h) Materiais de formação
- i) Informação sobre a acessibilidade do site
- j) Conformidade com a 2.ª versão do WCAG



A avaliação realizada permite desde já elucidar para uma noção aproximada do esforço necessário a realizar, para atingir cada um dos níveis de acessibilidade pretendidos e identificar os problemas a solucionar, incluindo nesse trabalho uma metodologia de avaliação.

Após as avaliações efectuadas aos postos de Internet indicados pelo Município de Vila Franca de Xira e aos sítios Web verificação do cumprimento das directrizes do W3C, fazem-se as respectivas recomendações

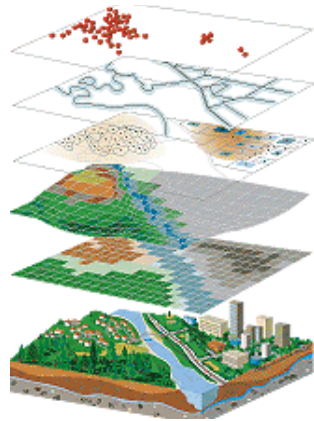


5.6. Sistemas de Informação Geográfica ao serviço da acessibilidade

Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), tal como os entendemos hoje, têm por base progressos relativamente recentes. Se, por razões históricas, a procura de informação geográfica se deveu, essencialmente, às dificuldades de recolha, representação e transmissão, grandes mudanças ocorreram aquando da criação e desenvolvimento dos computadores e das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Foi, sobretudo a partir da década de 80 do Século XX, com a disseminação dos computadores e com o decréscimo gradual no seu preço, que os SIG conheceram um grande desenvolvimento em termos de utilização. São, nos nossos dias, um instrumento importante, tanto a nível científico como comercial, com um papel fulcral na sociedade, nomeadamente no apoio à decisão em tarefas relacionadas com o Planeamento e Ordenamento do Território.

Obter uma definição de SIG que seja consensual não é, de todo, tarefa simples, principalmente se tivermos em conta que são objecto de estudo e utilização por diversas áreas de saber, cada uma com as suas necessidades e propósitos. Heywood et al (2002) referem que existem três grandes grupos de definições consoante os autores. Assim, há quem defina os SIG pelo que são, outros pelo que fazem e, por fim, há quem os descreva tendo em conta as suas componentes.



Para exemplificar, temos definições como a de Burrough (1986), que refere que os SIG são ferramentas para capturar, armazenar, transformar e visualizar informação geográfica, isto é, dando ênfase à vertente “ferramenta”. Por outro lado, ainda que de forma abrangente, existem definições que explicam os SIG como assentando em 5 componentes básicos: pessoas/organizações, dados, procedimentos, hardware e software. Falamos, pois, de um sistema integrado.

Este sistema integrado, capaz de produzir análises poderosas, funciona por camadas de informação geográfica que representam “um objecto ou um fenómeno real, localizado no espaço num determinado momento” (Quodvert, 1994).

Essas camadas de informação, ou layers, podem, quando correctamente referenciadas, ser sobrepostas, originando as mais diversas leituras sobre temáticas variadas, permitindo, maior acesso das pessoas à informação, permitindo-lhes compreender a organização do espaço, ou seja, que elementos aqui se encontram, que problemas o afectam, quais as dinâmicas prováveis de evolução do espaço e, numa análise mais elaborada, apontando soluções para a resolução dos problemas. Por conseguinte, podemos referir que, em determinado momento, sabemos o que existe, onde existe e em que estado se encontra.

Assim, no âmbito dos Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade, e com recurso aos SIG, pode-se, por assim dizer, dar visibilidade às barreiras de mobilidade existentes nas áreas de intervenção. Após a identificação das barreiras deu-se a conhecer ao município quais os obstáculos existentes, para que possam proceder às obras necessárias para a sua remoção, permitindo que os seus munícipes e cidadãos em geral, principalmente aqueles que, por algum motivo, sofrem de algum tipo de limitação, se consigam deslocar a locais até agora inacessíveis. O objectivo final é incrementar a qualidade das deslocações, de toda e qualquer pessoa, ou seja, a qualidade da sua cidade e do seu ambiente urbano.

O projecto foi desenvolvido integrando fundamentalmente a novas tecnologias da informação e comunicação e os sistemas de informação geográfica, permitindo a divulgação e a acessibilidade ao maior número de utentes mas também aos técnicos da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira com responsabilidade ao nível das acessibilidades.

Os estudos para os Planos de Promoção da Acessibilidade foram elaborados em SIG à escala considerada pertinente, e de acordo com a estratégia técnica entendida por aconselhável, tendo sido fornecida,



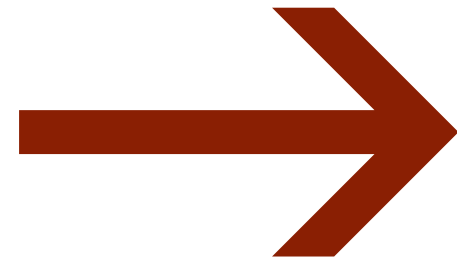
→ Figura 58:
Recolha de Informação com
base nas ferramentas e software inovador.

pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, a cartografia digital, bem como elementos de caracterização que possuam relativamente à área de intervenção.

Assim, após a recepção da cartografia enviada pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, procedeu-se à sua preparação para efectuar os levantamentos de diagnóstico da situação actual, no âmbito dos problemas de acessibilidade e mobilidade.

Na recolha de dados, utilizou-se uma ferramenta inovadora: “canetas digitais PenX” e software CapturxTM. Assim, com a cartografia preparada para levantamento, os técnicos, munidos de plantas impressas em papel vulgar, que a caneta digital reconhece devido a uma matriz de pixels e um sensor óptico, procederam ao levantamento das barreiras existentes.

O recurso a esta ferramenta permitiu, de forma simples e expedita, adquirir dados para posterior integração e tratamento em SIG. Após o descarregamento da informação, presente na memória da caneta, foi assumida a localização geográfica que o técnico lhe indicou no local do levantamento, carregando, de imediato, a base de dados em SIG.



As barreiras levantadas na fase do diagnóstico estão relacionadas com mobiliário urbano, sinalética, infra-estruturas, entre outros elementos, tal como exemplificado na figura que se segue.

Tipologias de Barreiras

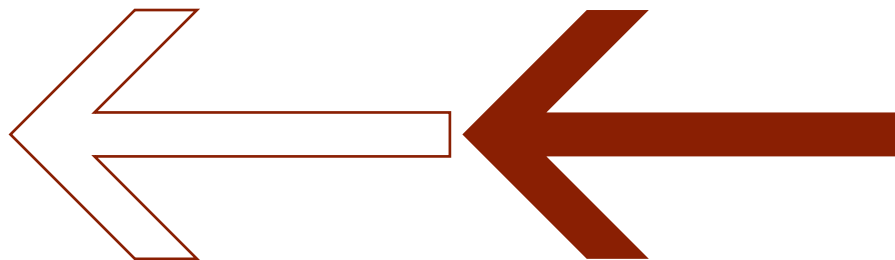
Barreiras Arquitectónicas e Urbanísticas	
Candeeiro de Iluminação Pública	Ciclo-Parque
Semáforo	Poste com bandeira
Degrau, Escada ou Rampa	Cabina Telefónica
Rebaixamento de Passeio	Abrigo de Transportes Colectivos
Ausência de passeira	MUPI
Ausência de passeio ou passeio subdimensionado	Papeleira
Pavimento Degradado	Sinal de Trânsito
Passeira Mal Dimensionada	Árvore
Passeira a Terminar em Estacionamento	Quiosque
Caldeira de Árvore	Gradeamento
Marco do Correio	Bola, Prumo ou Meco
Floreira	Contentor do Lixo
Parquímetro	
Armário (EDP, Gás, ...)	Barreiras Móveis Temporárias
Boca-de-incêndio	Estacionamento Abusivo
Gradeamento com Publicidade	Obra ou tapume de obra
Placa Toponímica	Obstáculo Comercial
Poste com Floreira	Iluminação de Festas e Romarias

→ Figura 59: Tipologia de barreiras urbanísticas/arquitectónicas e móveis/temporárias.

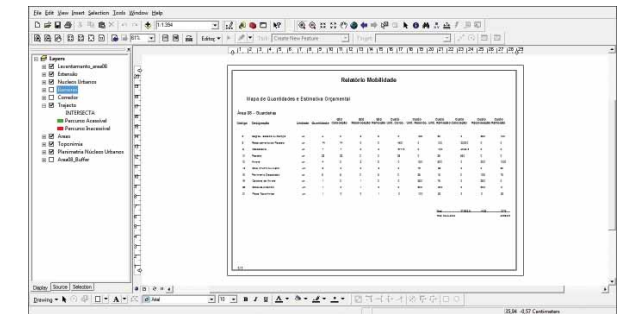
A simbologia apresentada é reconhecida pela caneta digital e é, posteriormente, inserida automaticamente no SIG através de uma codificação interna. A par deste levantamento, para integração em SIG, foi também efectuado um levantamento fotográfico de toda e qualquer barreira à mobilidade encontrada na área de intervenção do Plano.

Importa salientar o facto de esta não ser uma lista fechada, já que constantemente surgem novas barreiras que urge identificar e solucionar. Como tal, a base de dados e a listagem de barreiras é dinâmica e permite, sempre que necessário, que haja alteração. Falamos de um sistema que permitirá monitorizar os Planos em fases posteriores, permitindo controlar e indicar as alterações a efectuar.

Para além deste inovador método de aquisição de dados utilizou-se uma aplicação denominada “Mobilidade” que funciona em sistema ArcGIS e que foi desenvolvida em parceria com a ESRI Portugal. De resto, e pela primeira vez no país, foi possível desenvolver esta aplicação adaptada à especificidade do diagnóstico de acessibilidade e mobilidade para Tod@s, para a 1ª Geração de Programas de Promoção da Acessibilidade.



→ Figura 60:
Menu da aplicação “Mobilidade”.



→ Figura 61:
Layout com relatório de remoção de barreiras.

A aplicação “Mobilidade” permite, para além de outras funcionalidades:

- A introdução de barreiras e sub-tipos de barreiras;
- A inserção de custos associados à remoção de cada uma das barreiras;
- O desenho dos segmentos de rua com atribuição dos nomes de rua;
- A geração de corredores de acessibilidade, sendo inacessíveis ou acessíveis, consoante possuem ou não barreiras à mobilidade/ acessibilidade;
- Cálculo dos custos de remoção das barreiras, por rua ou por tipo de barreira;
- Criação/Exportação de relatórios relativos às estimativas efectuadas.

Numa segunda fase, as barreiras foram associadas em grandes grupos para que se definam tipologias de intervenção. Assim, saberemos se falamos em simples realocações de elementos, em pequenas obras de adaptação pontual, ou se, porventura, será necessário um redesenho da rua para a tornar mais cómoda e segura para Tod@s.

Toda a informação é perfeitamente compatível com os diversos sistemas existentes no mercado e, claro está, com aquele que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira utiliza. Neste sentido é passível de constituir uma ferramenta incontornável de utilização na intranet para fins de articulação e informação dos serviços. Por outro lado fica disponível para ser carregada no “sítio” da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e apresentar um potencial de informação ao público que se poderá constituir como uma plataforma interactiva das acções nesta matéria.

Se, porventura, o município não possui uma ferramenta SIG, a informação será igualmente fornecida em formato digital para utilização futura. A título de exemplo, de como são desenvolvidos os levantamentos e análises recorrendo às novas metodologias em SIG, apresentamos, seguidamente, algumas análises efectuadas que recorrem a essa tecnologia.



→ Figura 62:
Planta de diagnóstico de barreiras e classificação de percursos.

Para complementar esta informação, importa referir que os SIG possibilitam o carregamento da maioria da informação recolhida, nomeadamente na temática dos edifícios. Assim, com a informação disponibilizada de caracterização dos edifícios, será simples de disponibilizar essa mesma informação, por exemplo, num SIG Web, para que seja facilmente consultada e seja possível, também, perceber quais os obstáculos à mobilidade que cada um dos edifícios analisados apresenta.

Os Sistemas de Informação Geográfica constituem uma importante ajuda técnica no desenvolvimento de inúmeras actividades das organizações, sendo, neste âmbito, um importante sistema de apoio à decisão política face à potencialidade existente no cruzamento de informação territorial e aos resultados passíveis de serem obtidos.

BIBLIOGRAFIA

BÖHME, GERNOT et al. [2009], Access for All, Approaches to the Built Environment. Edition Wolfgang Christ, Germany.

BORJA, JORDI [2002], La ciudad del deseo, in Quaderns, n.º 235, pp. 20-21.

BRANDÃO, P. e REMESAR, A. [2003], Design de espaço público: deslocação e proximidade, Centro Português de Design.

CENTRO PORTUGUÊS DO DESIGN (Coord.) [2005], Do Projecto Ao Objecto – Manual de Boas Práticas de Mobiliário Urbano em Centros Históricos, Centro Português do Design.

CLAVÉ, FRANCESC ARAGALL [2002], De la ciutat senses barreres a la ciutat per a tothom, Institut d’Edicions de la Diputació de Barcelona.

DECRETO-LEI 163/2006 de 8 de Agosto.

FORTES, A., SEQUEIRA, H., FALCATO SIMÕES, J., SEQUEIRA, P. e GOMES, Z. (Coord.) [2001], Autonomia e Acessibilidade: Fazer uma Cidade para Todos – Encontro Internacional – Lisboa, 4 e 5 de Dezembro de 2000, Câmara de Lisboa.

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA E DA REABILITAÇÃO, SECRETARIADO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA [2006], 1.º Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade, Instituto do Emprego e Formação Profissional/Gabinete de Comunicação.

GODINHO, Francisco et al., [2004], Manual de Tecnologias de Informação Sem Barreiras No Local de Trabalho, 1.ª ed., UTAD Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

L’ ASSOCIATION NATIONALE POUR LE LOGEMENT DES PERSONAS HANDICAPÉES, [1997], Cahier De Prescriptions Techniques Pour L’Accessibilite Et L’Adaptaion Des Logements Sociaux Pour Personnes Handicapes Ou A Mobilite Redute, Secrétaire d’Etat au Logement.

L’ ASSOCIATION NATIONALE POUR LE LOGEMENT DES PERSONAS HANDICAPÉES, [1998], Un Logement pour tous, Jean-Marie Berger.

KOFOED, L., STORGAARD, L., JANSEN, C. [2003], Design For All, ANLH Brussels.

MINISTERIO DE INDUSTRIA, TURISMO Y COMERCIO, Decálogo de Buenas Prácticas en Accesibilidad Turística, División de Información y Publicaciones, Catálogo general de publicaciones oficiales, Madrid 2007.

NIGRO, VIVIANA et al. [2008], Accesilidade e integración, Una mirada crítica a la arquitectura social. Edición Rosanna Cabrera, Argentina.

ROVIRA-BELETA, ENRIQUE [2006], L’Accessibilitat A L’Edificació I L’Urbanisme – Recomanacions Tècniques Per A Projectes I Obres, Edicion Universitat Politècnica de Catalunya.

S.A. [2003], Acessibilidade à Web por Cidadãos com Necessidades Especiais, Presidência do Conselho de Ministros (Unidade de Missão Inovação e Conhecimento) – Anexo ao Caderno de Encargos.

S.A., s.d. Recursos Para Acessibilidade Web, Presidência do Conselho de Ministros (Unidade de Missão Inovação e Conhecimento) – Anexo ao Caderno de Encargos.

SECREARIADO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, [2005], CEA Conceito Europeu de Acessibilidade – Manual de Assistência Técnica 2003, in Cadernos SNR n.º 18.

TELES, P. e SILVA, P. (Org.) [2006], Desenho Urbano e Mobilidade Para Todos, APPLA, Aveiro.

TELES, PAULA [2005], Os Territórios (Sociais) da Mobilidade - Um desafio para a Área Metropolitana do Porto, Lugar do Plano, Aveiro.

TELES, PAULA [2006], Revista Planeamento - Dossier Mobilidade, APPLA.

TELES, PAULA [2007], Guia da Acessibilidade e Mobilidade para Todos, Secretariado de Estado Adjunta e de Reabilitação, Lisboa.

TELES, PAULA [2007], Uma cidade acessível é mais competitiva, in Revista CUBO n.º 006, pp.14-16.

TELES, PAULA [2008], Arquitectura para todos, in Revista CUBO n.º 012, pp.92-93.

TELES, PAULA [2008], Portugal mais acessível, in Revista Transportes n.º 68, pp.68.

TELES, PAULA [2009], Cidades de Desejo entre Desenhos de Cidades. Boas Práticas de Desenho Urbano e Design Inclusivo, edição Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade.

WAGNER, J. M. [1992], Accesibilidad al Medio Urbano Para Discapacitados Visuales – Servicio de Publicaciones del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid.

SITES

<http://www.institutodemobilidade.org>

<http://www.paulateles.pt>

<http://www.inr.pt>

<http://www.jornalplaneamento.org>

<http://trace.wisc.edu>

<http://www.lighthouse.org>

<http://ajudas.com>

<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/transporte-e-mobilidade/biblioteca>

<http://www.design.ncsu.edu/cud/index.htm>

<http://www.designaccessivel.net/artigos>

<http://www.acessibilidade.net>

